



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

KARINE NOGUEIRA DOS SANTOS

“MUITO MAIS HUMANO SERÁ PENSAR NO SOFRIMENTO DO POBRE”: AS
FACES DA SUBALTERNIDADE NO ROMANCE “A BARRAGEM”, DE IGNEZ MARIZ
(1937)

CAJAZEIRAS – PB

2024

KARINE NOGUEIRA DOS SANTOS

“MUITO MAIS HUMANO SERÁ PENSAR NO SOFRIMENTO DO POBRE”: AS
FACES DA SUBALTERNIDADE NO ROMANCE “A BARRAGEM”, DE IGNEZ MARIZ
(1937)

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a conclusão do curso.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S237m Santos, Karine Nogueira dos.
“Muito mais humano será pensar no sofrimento do pobre”: as faces da subalternidade no romance “A Barragem”, de Ignez Mariz (1937) / Karine Nogueira dos Santos. - Cajazeiras, 2024.
75f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.

1. Análise literária. 2. Literatura. 3. Ignez Mariz - Escritora. 4. A Barragem (1937). 5. Camponeses e retirantes. 6. Subalternidade. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 82.09


Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

KARINE NOGUEIRA DOS SANTOS


**“MUITO MAIS HUMANO SERÁ PENSAR NO SOFRIMENTO DO POBRE”: AS
FACES DA SUBALTERNIDADE NO ROMANCE “A BARRAGEM”, DE IGNEZ MARIZ
(1937)**

APROVADO EM: 04/12/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO FIRMINO SALES NETO
Data: 04/12/2024 16:42:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales (UFCG) - Orientador

Documento assinado digitalmente
 ROSEMERE OLÍMPIO DE SANTANA
Data: 04/12/2024 16:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra. Rosemere Olímpio de Santana (UFCG) - Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 MARIA THAIZE DOS RAMOS LIRA
Data: 04/12/2024 16:26:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Thaize dos Ramos Lira (CNSL) - Examinadora Externa

Profa Dra. Ana Lunara da Silva Morais (UFCG) – Suplente

**CAJAZEIRAS-PB
2024**

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que
contribuíram para que ele fosse possível.*

AGRADECIMENTOS

Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado.

(Provérbio Africano)

Foi um longo e cansativo percurso até aqui, mas as companhias tornaram tudo mais leve. Eu quis ir longe e cheguei ao meu destino porque, antes mesmo de cruzar a porta, sabia que não estava sozinha. Ao longo da trajetória, tive a felicidade de encontrar outras pessoas acolhedoras, que me apoiaram e compartilharam afeto comigo. Como poderia ter lidado com os percalços sem vocês ao meu lado? Esta conquista é nossa. Agradeço:

À minha mãe, Cleonice (Eliene), por nunca ter soltado minha mão, por sempre ter me amparado e protegido, por cada momento de sua vida que tem dedicado à nossa família. Mãe, obrigada por me ensinar tanto todos os dias e por sonhar meus sonhos junto comigo. Obrigada por ser tão presente, inclusive, quando estamos fisicamente distantes. Seu amor inspira minha vida e uma vida inteira seria pouco para dizer o quanto significa para mim.

Ao meu pai, Diocelio (Célio), por acreditar em mim e me incentivar a ir em busca dos meus objetivos. Pai, agradeço por me ensinar a ter coragem para enfrentar a vida, mesmo quando ela parece muito difícil. Apesar de termos modos diferentes de lidar com as situações, eu sempre pude contar com seu apoio. Obrigada por me ajudar a caminhar até aqui, obrigada por tudo.

Aos meus irmãos, Kauê e Carolaine, por me inspirarem a viver e sonhar. A vinda de vocês ao mundo foi uma das coisas mais incríveis que poderiam me acontecer, enchendo minha vida de amor e alegria, foi uma dádiva do destino. Obrigada por compreenderem minha ausência, saibam que vocês estão sempre em minha mente e a iluminam com as mais lindas memórias. Eu amo partilhar a vida com vocês, porque me dá força saber que temos uns aos outros.

A Corrinha e Chico, por terem me recebido em seu lar e em sua família. Nem tenho palavras para descrever o quanto sou grata pelo que fizeram e fazem por mim. Raquel e Thayres, obrigada por esse carinho de irmãs que permitiram desenvolver entre nós. Lukas, Miguel, Ester, Maria Helena e João Henrique, vocês são crianças encantadoras e eu sou muito feliz por fazerem parte da minha vida. Mais do que apoiar meus estudos, vocês multiplicaram o amor em minha vida, serei eternamente grata.

Ao meu avô, João Nogueira, por tanto carinho e cuidado com os(as) filhos(as), netos(as) e bisnetos(as). Obrigada por continuar sendo nossa base. Sua vida é inspiração e motivo de orgulho para todos(as) nós. Agradeço às minhas tias Eliana, Analice, Maria (Titia), Doralice (Daissa) e às minhas primas Tamara, Daiane, Alderivania, Roberta, Sofia, Tereza, Alice e Aldegiely, por formarem uma das redes de apoio mais belas que eu já vi. Nunca vou deixar de me encantar com o companheirismo de vocês e não poderia desejar família melhor do que esta.

Ao meu namorado, Yslan, pelo companheirismo, cuidado e amor que temos construído e compartilhado. Encontrar-te nessa trajetória foi um presente. Obrigada por me apoiar em tudo que está ao seu alcance, por me acalantar nos momentos difíceis e celebrar os momentos alegres comigo. Nunca pensei que pudesse desenvolver tanto afeto por alguém tão diferente de mim, mas a História faz coisas incríveis, inclusive colocar pessoas diferentes no mesmo caminho. Quero sempre caminhar contigo, *tu sabes*.

Às minhas amigas do Ensino Médio: Fernanda, Micaelly, Amanda S e Amanda O., por cuidarem de mim quando não estava bem e tornarem minha vida na escola mais leve e feliz, por partilharem das minhas angústias e alegrias. O tempo nos afastou fisicamente, mas o carinho e a admiração permanecem.

A Saiury e Denys, do Ensino Médio para a vida toda. Vocês são incríveis e eu amo o modo com que nós conversamos sobre os assuntos mais sérios e os mais banais com a mesma liberdade. Eu aprendo demais com vocês, admiro vocês e quero vê-los conquistando tudo que almejam. Um agradecimento especial à família de Saiury, que foi responsável pela realização de um outro sonho que me ajudou a chegar até aqui: vocês fizeram tanto por mim, desejo que as coisas boas do mundo sempre encontrem suas vidas, muito obrigada por tudo!

Às minhas amigas Paloma e Vitória. Nossa amizade, iniciada em um lugar improvável (fila da vacina de combate à Covid-19), é um dos vínculos mais belos que tenho atualmente. Obrigada por me apoiarem, cuidarem de mim, me acompanharem aos estágios, vibrarem com minhas conquistas e me permitirem vibrar com as de vocês. Unidas pela fila da vacina e pelos *Dino Irmãos*.

A todas(os) as(os) professoras(es) que tive ao longo da educação básica, que foram essenciais na minha trajetória, obrigada por continuarem se dedicando à Educação. Agradeço, em especial, ao meu professor Guerhansberger Tayllow, que me motivou a cursar História e tem me dado suporte em tantos momentos: agradeço por me inspirar e contribuir com o desenvolvimento de meu pensamento crítico, por me apresentar novas leituras e por acreditar em meu potencial.

Às minhas professoras e aos meus professores da graduação, por nos guiarem ao longo dos difíceis e encantadores trajetos do Ensino Superior. Agradeço nomeadamente a Rosemere Olímpio, Ana Lunara Moraes, Camila Corrêa e Dmitri Bichara, por demonstrarem tanto compromisso e sensibilidade. Vocês são grandes inspirações para mim, obrigada por terem me ensinado sobre História e sobre empatia.

Ao meu orientador, Francisco Firmino Sales Neto. Neto, obrigada por tanta paciência e dedicação. Sou grata por cada oportunidade que me deu, não teria conseguido chegar até aqui sem sua valiosa colaboração. Além de um professor excelente e um grande pesquisador, você é um ser humano admirável, um exemplo. Obrigada por suas lições e sua empatia, obrigada por nos proporcionar vivências tão preciosas ao longo da pesquisa.

Agradeço à minha turma 2019.1, foi uma alegria conviver e aprender com vocês. Desejo trajetórias de sucesso para todos(as). Quero deixar registrado meu carinho pelas pessoas de quem tive a felicidade de estar mais próxima ao longo desses anos e também por aquelas que trilharam caminhos diferentes, mas que continuam sendo, para mim, bonitos encontros: Regivan, Diogo, Irlano, Joyce, José Paulo, Maria Myllena, Maria Fernanda, Vitória, Cristian, Emanuel Lucas, Gabriely, Janylle e Açucena, vou sempre nutrir afeto por vocês.

Agradeço à galera do *Ap. Cult*, pelo espaço e as vivências compartilhadas. Em especial, a Érica, Hewerton e Viviane, pelos momentos de empatia.

Agradeço às pessoas que conheci ao longo do curso e que contribuíram tanto com minha trajetória acadêmica quanto individual: Jonas Alexandre, Raurislandia Santos, Walber Vieira, Sabrina Gregório, Marcus Vinicius e Antônio Emanuel, vocês são grandes pesquisadores(as) e pessoas admiráveis, alegra-me muito tê-los(as) encontrado nesta jornada.

Agradeço às pessoas com as quais convivi nas residências universitárias masculina e feminina, que foram responsáveis por momentos de alegria e acolhimento, conversas leves, conversas sérias, muitas risadas e partilha das angústias. Viver com pessoas tão diferentes umas das outras pode ser, em algumas circunstâncias, difícil, mas também pode ser incrível. Eu só tenho que agradecer por essa experiência, particularmente a Diego, Adriano, Odoniel, Davi, André, Iolanda, Daniela, Geovanna e Gustavo.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais (UFCG/CNPq). Nossos debates e trocas têm sido essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e este trabalho é, em grande medida, fruto do que temos construído juntos.

Agradeço a tudo e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização.

Gayatri Spivak, 1985

RESUMO

As frentes de emergência da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas integravam as políticas salvacionistas do Governo e eram um dos principais rumos tomados pelos camponeses, durante os períodos de estiagem nos sertões do Nordeste, nas primeiras décadas do século XX. No romance *A Barragem* (1937), a escritora paraibana Maria Ignez Marques Mariz (1905-1952) retrata de forma ficcional o processo de construção da barragem de São Gonçalo, um distrito da cidade de Sousa, na Paraíba. Esta obra e sua autora são ainda pouco conhecidas e mencionadas nas pesquisas que versam sobre o chamado Romance de 1930 e sobre as frentes de serviço da IFOCS, o que compreendemos ser decorrente do apagamento histórico que as mulheres escritoras vêm sofrendo ao longo do tempo (Telles, 2004). Tendo em vista a necessidade de problematizar esse apagamento e recuperar as contribuições da produção literária de Ignez Mariz, este trabalho teve como principal objetivo investigar as possibilidades e as limitações oferecidas pelo romance da mencionada autora para pensar os indivíduos pobres e subalternizados que viviam no acampamento de São Gonçalo e as violências que atravessavam suas experiências neste espaço. Para tecer teoricamente esta discussão, apoiamos-nos em alguns conceitos centrais, como *cânone* (Reis, 1992), *feminização da escrita* (Richard, 2002), *subalterno* (Spivak, 1985), *fome* (Ribeiro Júnior, 2021) e *modernização* (Castilho, 2010). Dialogamos com as propostas de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) para pensar nossa fonte primária a partir da relação História e Literatura e nos baseamos nas reflexões de Tânia Regina de Luca (2008) para analisar trechos de periódicos da década de 1930, em que apareciam críticas a Ignez Mariz e ao romance *A Barragem* (1937).

Palavras-chave: Ignez Mariz; *A Barragem* (1937); IFOCS; Literatura; Subalternidade.

ABSTRACT

The emergency fronts of the Federal Inspectorate of Works Against Droughts (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) were part of the salvationalist policies of the government and represented one of the main routes taken by peasants, during periods of drought in the Brazilian Northeast, in the first decades of the 20th century. In the novel *A Barragem* (1937), the writer from Paraíba, Maria Ignez Marques Mariz (1905-1952), fictionalizes the construction process of the São Gonçalo dam, located in a district of the city of Sousa, in Paraíba. This work and its author remain little known and are seldom mentioned in research concerning the so-called Romance de 1930 and the service fronts of the IFOCS, which we understand to be the result of the historical erasure of women writers over time (Telles, 2004). Considering the need to address this erasure and recover the literary contributions of Ignez Mariz, this study aimed to investigate the possibilities and limitations offered by the author's novel to think about the poor and subaltern individuals living in the São Gonçalo settlement and the forms of violence that permeated their experiences in this space. To theoretically support this discussion, we relied on some central concepts, such as canon (Reis, 1992), feminization of writing (Richard, 2002), subaltern (Spivak, 1985), hunger (Ribeiro Júnior, 2021), and modernization (Castilho, 2010). We engaged with Durval Muniz de Albuquerque Júnior's (2007) proposals to examine our primary source from the perspective of History and Literature, and we based our analysis on Tânia Regina de Luca's (2008) reflections to assess newspaper articles from the 1930s, which included critiques of Ignez Mariz and her novel *A Barragem* (1937).

Keywords: Ignez Mariz; *A Barragem* (1937); IFOCS; Literature; Subalternity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ignez Mariz e seu filho Paulo Antônio	16
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: DA SUBJUGAÇÃO À SUBVERSÃO	19
1.1. As Violências do Cânone	20
1.2. “Uma Regionalista Esquecida”	25
1.3. A <i>Feminização da Escrita</i> na obra de Ignez Mariz	34
CAPÍTULO 2: CAMPONESES E RETIRANTES: OS TRABALHADORES “CASSACOS” ANTES DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA	38
2.1. A Foice Ceifadora da Fome	39
2.2. Salvacionismo, Modernização e Precarização nas Frentes de Emergência	43
CAPÍTULO 3: OS SUBALTERNIZADOS NA ESCRITA DE IGNEZ MARIZ	48
3.1. Trabalhadores “Cassacos”	48
3.2. Mulheres nos Canteiros de Obras	55
3.3. Crianças sem Infância	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Muito mais humano será pensar no sofrimento do pobre, só e resignado, que não terá nunca o ensejo nem a vontade de o descrever a ninguém.

Ignez Mariz, 1937

Grande parte dos membros da minha família não teve a oportunidade de receber uma educação formal. Minha mãe começou a estudar tarde e precisou deixar a escola para se dedicar à família, repetindo a história de muitas mulheres pobres, que realizam o essencial, mas invisibilizado, trabalho de cuidado. Meu pai concluiu o Ensino Médio, em meio ao cansaço e às adversidades de quem estuda à noite depois de trabalhar o dia inteiro. Apesar das limitações que eles próprios sofreram, meus pais sempre me incentivaram a estudar. Acredito que esta é a razão pela qual gosto tanto de fazer isso.

Eu fui à escola pela primeira vez aos 4 anos e aos 5 aprendi a ler. Antes de saber ler de verdade, eu pegava revistinhas, livros ou qualquer papel em que estivesse escrito algo e inventava que lia, eu criava as histórias e as “lia” em voz alta. Até hoje me sinto acariciada ao lembrar de minha mãe elogiando essa minha brincadeira. Descobrir o que aquelas letras significavam e, através delas, entrar em contato com as histórias inventadas por outras pessoas foi fascinante, continua sendo algo que me encanta muito. A Literatura sempre foi, para mim, um meio de conexão com outras realidades e um alento para os momentos de ansiedade ou angústia e esta foi uma das minhas motivações pessoais para realizar esta pesquisa.

Ao longo de meu processo formativo no curso de História, fui descobrindo outras potencialidades na Literatura. Compreendi que as criações literárias mantêm uma dupla relação com as conjunturas - refletem os valores destas ao mesmo tempo em que colaboram com sua contínua produção (Borges, 2010) - e que a Literatura pode estar a serviço dos projetos de dominação, especialmente em países como o Brasil, que passaram por um processo de colonização (Candido, 2009). Em contrapartida, os(as) criadores(as) de histórias são capazes de assumir uma postura subversiva durante a escrita e se contrapõem a esses projetos (Richard, 2002), pois quem escreve também está partindo de um lugar, que pode tanto ser o lugar daquele que intenta controlar outros através de suas palavras quanto o de quem as usa para ampliar espaços e fazer denúncias. Em suma, a Literatura é uma fabricante de realidades (Albuquerque Júnior, 2007).

Além disso, entendi que nosso contato com a Literatura passa por alguns filtros, como um cânone de natureza elitista, machista, racista e LGBTfóbica. Defensor de uma falsa ideia de universalidade e apoiado em noções a-históricas de valor, o cânone ocidental seleciona as obras que devem ser transmitidas ao longo das gerações e submete tantas outras ao esquecimento (Reis, 1992), as afastando do público. Ignez Mariz foi uma das muitas autoras que tiveram suas obras excluídas do cânone.

Maria Ignez Marques Mariz, filha de Antônio Marques da Silva Mariz e de Emília Marques Mariz, nasceu em Sousa, Paraíba, no dia 26 de dezembro de 1905. Por ser de uma família abastada, teve a oportunidade de estudar e desde cedo se interessou pela leitura e pela escrita. Em 1923, quando contava apenas 18 anos, Ignez Mariz começou a colaborar com periódicos do sertão da Paraíba, como a Gazeta de Sousa. Na década de 1930, conduziu uma campanha em prol das bibliotecas municipais e concluiu e publicou seu primeiro romance, *A Barragem* (1937), pela editora José Olympio, do Rio de Janeiro. Escreveu contos, crônicas, romances, matérias para jornais e revistas e uma monografia sobre educação sexual para crianças e adolescentes, intitulada *Educação Sexual: a que leva a curiosidade infantil insatisfeita* (1940). Também atuou como professora de francês no Colégio São José, na cidade de Sousa (Ehrich, 2022).

Além de escritora, intelectual e professora, Ignez Mariz foi mãe. Paulo Antônio foi fruto de seu casamento com Carlos Pordeus Meira, filho de Clotildes Meira, sua primeira professora. As produções que buscam traçar uma biografia de Ignez Mariz não costumam destacar tanto este espectro de sua vida, o que decorre da falta de documentos que a registrem de maneira minuciosa. Fato bem mais destacado é o divórcio da escritora, Isaías Ehrich (2022, p. 57) supõe que este acontecimento pode ser parte da explicação para o ocultamento que Ignez Mariz sofreu/sofre dentro dos registros de sua própria família, “pois, numa sociedade ultraconservadora, arraigada ao patriarcalismo, lançar mão de um casamento era motivo de vergonha social”.

Imagem 1 - Iñez Mariz e seu filho Paulo Antônio



Fonte: imagem localizada na orelha da capa da segunda edição de *A Barragem* (1994)

Esse apagamento, que está refletido na ainda escassa produção historiográfica sobre a vida e a obra de Iñez Mariz, foi o que nos provocou a buscar mais sobre a autora, transformando sua escrita no romance *A Barragem* (1937) em objeto desta pesquisa. A primeira edição de *A Barragem* foi publicada em 1937, pela editora José Olympio¹, do Rio de Janeiro. Uma segunda edição foi publicada em 1994, pela editora A União, compondo a coleção Biblioteca Paraibana, financiada pela Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba. O romance tem como mote a construção da barragem do açude de São Gonçalo, distrito de Sousa, na Paraíba, e é protagonizado por uma família de trabalhadores “cassacos²” - Zé Marianno, Mariquinha e seus filhos.

O casal tinha um rancho e vivia da agricultura de subsistência, mas a seca de 1932 os obrigou a procurar emprego na frente de serviço de São Gonçalo. Partindo da experiência dessa família, a autora escreve sobre o cotidiano nas frentes de emergência da IFOCS e as violências que cercavam a vida dos trabalhadores e de suas famílias. A partir disso, nos colocamos a seguinte questão: que contribuições o romance de Iñez Mariz nos oferece para pensar as vivências dos sujeitos subalternizados que ocuparam a frente de emergência da IFOCS no distrito de São Gonçalo?

¹ A editora José Olympio foi fundada pelo empresário e editor José Olympio Pereira Filho, no ano de 1931. Inicialmente a José Olympio estava localizada em São Paulo, mas em 1934 seu proprietário transferiu-a para o Rio de Janeiro, que na época era a capital política e cultural do Brasil. A editora foi responsável por publicar obras de autores(as) canônicos do Romance de 30, como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e José Lins do Rego.

² Em momento oportuno, explicaremos com mais detalhes quem eram os trabalhadores “cassacos” e por qual razão são chamados assim. Em suma, estamos nos referindo aos trabalhadores que realizavam os serviços braçais nas frentes de trabalho da IFOCS, expostos a péssimas condições de trabalho e recebendo salários parcos.

Para explorar essa fonte literária, nos pautamos na metodologia proposta por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), priorizando o diálogo entre História e Literatura, não buscando “[...] pensar contra a Literatura ou apesar dela, mas com a Literatura.” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 44). Entendemos a obra literária como uma oportunidade de refletir de maneira mais sensível e pormenorizada sobre as vivências dos trabalhadores das frentes de emergência e suas famílias, uma vez que os documentos ditos oficiais costumam retratar essas pessoas de forma indiferente e homogeneizante. Buscamos identificar momentos da vida cotidiana, costumes e violências que estejam retratadas ou se encontrem nas entrelinhas da trama e colocá-las em diálogo com a historiografia.

No mais, contamos com as proposições de Tânia Regina de Luca (2008), acerca do trabalho com as fontes periódicas, para pensar os discursos que foram produzidos nos jornais a respeito de Ignez Mariz e do romance escrito por ela. As fontes periódicas e seus produtores respondem a interesses diversos: da sociedade, da época, do público, de editores e financiadores. Neste sentido, tencionamos analisar a recepção ao romance de Ignez Mariz nos periódicos tendo em mente os lugares sociais e os interesses dos jornalistas que produziram críticas em torno da obra e da autora.

Para tecer teoricamente esta discussão, apoiamo-nos em alguns conceitos centrais, como *cânone* (Reis, 1992), *feminização da escrita* (Richard, 2002), *subalterno* (Spivak, 1985), *fome* (Ribeiro Júnior, 2021) e *modernização* (Castilho, 2010). Estas categorias guiaram tanto nossa investigação a respeito das violências que cercaram a trajetória de Ignez Mariz, resultando no apagamento sofrido por sua obra, quanto das que atravessavam cotidianamente a vida dos(as) personagens que protagonizam o romance *A Barragem* (1937), colocando-os em uma situação de constante vulnerabilidade.

Cânone (Reis, 1992) e *feminização da escrita* (Richard, 2009) serão os conceitos norteadores do primeiro capítulo, que versa sobre as violências estruturais que atravessaram a produção, publicação e crítica do romance *A Barragem* (1937), de Ignez Mariz, destacando particularmente o machismo sofrido pela autora e pelas mulheres artistas no geral (Telles, 2004; Simioni, 2007; 2022; Smith, 2003). No mais, refletimos sobre as possibilidades de subversão da escrita de Ignez Mariz, através do já referido conceito de *feminização da escrita*, elaborado pela crítica de arte Nelly Richard (2009).

As discussões sobre *fome* e *modernização* orientaram nosso segundo capítulo, que tem como preocupação central apurar as condições que conduziram os sujeitos, em sua maioria camponeses, às frentes de emergência da IFOCS, bem como problematizar a precarização vivenciada pelos trabalhadores e suas famílias nesses espaços, que eram também fruto dos

interesses de determinados grupos, como governantes, latifundiários e profissionais especializados.

O terceiro e último capítulo foi norteado pelo conceito de *subalternidade* (Spivak, 1985) e busca compreender as possibilidades e limitações que a escrita de Ignez Mariz, no romance *A Barragem* (1937), nos oferece para pensar as vivências dos e as violências sofridas pelos indivíduos que integravam o acampamento de São Gonçalo. Para tanto, destacamos três grupos que aparecem na obra, em maior ou menor grau, e que compartilham situações de subalternidade: os trabalhadores “cassacos”, as mulheres que viviam no acampamento e as crianças que tiveram infâncias comprometidas.

CAPÍTULO 1

DA SUBJUGAÇÃO À SUBVERSÃO

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero.

Norma Telles, 2004

A leitura, bem como a escrita, não é imparcial, carrega sempre os traços do olhar de quem a produziu, olhar influenciado pelos interesses de classe, raça e gênero, como realçado pela historiadora Norma Telles (2004). Tendo em mente este viés da leitura, buscamos fazer deste primeiro capítulo uma reflexão em torno das leituras às quais a obra *A Barragem* (1937), da escritora paraibana Ignez Mariz, foi submetida e explicitar o tipo de leitura que pretendemos fazer dela ao longo deste trabalho.

De início, voltamo-nos para os mecanismos utilizados pelo cânone literário para classificar as obras que o compõem. Destacamos que a aura de neutralidade que cerca a seleção das obras consideradas canônicas é apenas aparente, não existe um valor intrínseco que cerca determinadas obras de um caráter atemporal, capaz de despertar sentimentos universais e nos representar enquanto humanidade. Este caráter é atribuído e obedece a princípios machistas, heteronormativos e racistas da falsa universalidade ocidental. A seleção do ato de canonizar também implica a exclusão, o que, em grande medida, explica porque sempre estudamos os(as) mesmos(as) autores(as), enquanto outros(as), a exemplo de Ignez Mariz, sofrem tamanho apagamento.

Depois, refletimos sobre como a canonização agiu no caso específico do movimento conhecido como Romance de 30 ou Regionalismo de 30, do qual Ignez Mariz participou. Buscamos examinar o contexto em que se desenvolveu o movimento e compreender as particularidades dele em consideração ao Regionalismo do século XIX e ao Modernismo paulista, assim como analisamos o modo como Ignez Mariz esteve nele inserida e a recepção de sua obra em jornais da época. Observamos que a obra *A Barragem* (1937) foi analisada, em grande medida, por homens brancos, de classe média alta, profissionais liberais e/ou políticos, que tenderam a associar as “falhas” do romance à condição de mulher da autora, muitas vezes

dando exemplos de homens escritores que teriam obtido sucesso em aspectos da escrita que Ignez Mariz não conseguiu alcançar - sucesso decorrente do “temperamento” desses escritores, reforçando a ideia de que há uma genialidade e que ela é reservada aos homens, subjugando e apagando o potencial criador das mulheres.

Por fim, explicamos qual será a nossa chave de leitura do romance de Ignez Mariz. Apoiando-nos na proposta metodológica de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) para tratar das relações entre História e Literatura e no conceito de *feminização da escrita*, de Nelly Richard (2004). Abordamos *A Barragem* (1937) como um meio pelo qual podemos pensar tanto a vivência de sua escritora quanto o que ela procurou pensar sobre outros sujeitos e as situações de violência a que foram/são submetidos. Construimos análise da leitura social feita por Ignez Mariz, destacando as transgressões possíveis e as limitações impostas ao tentar falar sobre ou com outros(as).

1.1. As Violências do Cânone

Ao longo da trama d’*A Barragem* (1937), de Ignez Mariz, nos deparamos com diversos episódios de violência: agressões físicas, assédio, difamação, exploração do trabalho. Através da arte literária, a escritora relatou o que de brutal poderia acompanhar as obras de açudagem, nos fornecendo um importante documento histórico para pensar as opressões a que determinados grupos estavam sujeitos e, ao mesmo tempo, produzindo sensibilidade em torno dessas questões de uma maneira que a Literatura sabe tão bem fazer. Mas as violências que o livro documenta não se limitam à sua narrativa.

As violências denunciadas por uma obra literária, em muitos casos, não se encontram apenas no conteúdo e nas intenções expostas ou implícitas de quem o produziu. Há camadas de violência desde a publicação até as leituras que são - ou que não são - feitas de certos livros. As razões pelas quais algumas obras literárias ganham destaque e se tornam consagradas enquanto outras são atiradas ao esquecimento não estão ligadas sempre e unicamente a aspectos estéticos. Dito de outra forma, nenhuma obra possui valor intrínseco.

Em um ensaio no qual problematiza a formação do cânone literário, Roberto Reis (1992) chama a atenção para o fato de que as leituras empreendidas em torno de uma obra, inclusive as leituras daqueles que definem quais obras devem compor o cânone, partem sempre de um lugar econômico, social, cultural e institucional. O autor também aponta o interesse dos grupos dominantes em controlar a linguagem e a Literatura, uma vez que elas são formas de exercer poder.

Estudiosos(as) do tema, como Juliana Bezerra Sachinski (2012), Lizandro Calegari (2012) e o já mencionado Roberto Reis (1992) compreendem o cânone literário enquanto a seleção e hierarquização das obras consideradas universais e de grande valor. Essas obras, de acordo com quem as canonizou, seriam atemporais e transversais, capazes de produzir comoção em leitoras(es) de diferentes épocas, lugares e contextos. A grandiosidade das obras canônicas se encerraria, em tese, nelas próprias. Contradizendo esta presunção, Reis (1992) e Calegari (2012) enfatizam que há interesses envolvidos nesta seleção e que selecionar também implica excluir.

Mediante a análise de fontes bibliográficas e periódicas e em diálogo com pesquisadores(as) que teorizam e problematizam o cânone literário, incluindo os supracitados, procuramos questionar a suposta neutralidade deste cânone e apontar o que há de violento em suas seleções. O principal interesse deste capítulo é observar o sistema dentro do qual o livro *A Barragem* (1937) foi produzido, publicado, consumido e criticado. Iniciaremos a análise refletindo sobre a constituição do cânone literário e sobre a subjugação que ele impõe a algumas obras a depender do lugar social, econômico, cultural e geográfico de que elas surgem. Em consenso com Roberto Reis (2012, p. 70), compreendemos que:

Nas artes em geral e na literatura, que nos interessa mais de perto, cânon significa um perene e exemplar conjunto de obras - os clássicos, as obras-primas dos grandes mestres -, um patrimônio da humanidade (e, hoje percebemos com mais clareza, esta 'humanidade' é muito fechada e restrita) a ser preservado para as futuras gerações, cujo valor é indisputável.

Ao definir o que deve ser preservado enquanto testemunho da genialidade humana, o cânone joga grupos significativos às margens do próprio conceito de humanidade, pois o cânone é ocidental, racista, falocêntrico e heterocentrado. Embora o advento da tecnologia tenha proporcionado que mais mulheres, pessoas negras e/ou da comunidade LGBTQIAP+ divulguem seus trabalhos literários e esteja sendo desenvolvida uma quantidade relevante de pesquisas que pensam o cânone literário como excludente, as obras que foram produzidas por homens brancos heterossexuais e, na maioria das vezes, de posição econômica privilegiada continuam sendo as consideradas de valor “indisputável”.

Para chegarmos a uma melhor compreensão em torno das bases do cânone literário - especialmente o brasileiro, que aqui mais nos interessa - se faz necessária a sua historicização. N'A *Biblioteca Imaginada* (2003), João Alexandre Barbosa ressalta que algumas das mais destacadas obras da crítica literária ocidental foram produzidas durante períodos de tensão política, como no período entre e após as Grandes Guerras Mundiais, isto, segundo o autor, representava uma maneira de preservar a cultura ocidental e os tidos como seus grandes nomes.

Se estava a se desenvolver um momento de violência extrema que impunha instabilidade, ressaltar a cultura ocidental pareceu aos críticos literários uma reação apropriada.

De início, não parece ter nada de problemático nesse empreendimento, apenas quando começamos a ler os nomes estudados por esses críticos é que percebemos o problema: quase não há mulheres ou pessoas negras nessas seleções. Não só a maioria dos autores mencionados são homens brancos europeus ou norte-americanos, mas os críticos também. Como destacado desde os primeiros parágrafos, o lugar social ocupado por quem faz a leitura e a crítica de determinados livros diz muito sobre o destino que eles vão tomar. A formação de um cânone literário é o resultado dessas leituras:

O campo literário é uma engrenagem dentre outras tantas que funcionam como mecanismos de manutenção e fortalecimento do pensamento social vigente, que é falocêntrico, heterocentrado e excludente das parcelas sociais que não seguem o padrão masculino, branco, heterossexual, classe média e morador da região Sudeste (Campos Júnior, 2015, p. 184).

O fato de alguns grupos sociais, como as mulheres, participarem escassamente do processo de canonização não significa que estes grupos não estivessem produzindo Literatura e Crítica Literária, mas, sim, que foram privados disso. Autoras como Bonnie Smith (2003) e Norma Telles (2004) chamam a atenção para a negligência e/ou supressão que os textos escritos por mulheres vêm sofrendo ao longo do tempo. Por mais qualificados que sejam esses textos, em um sistema patriarcal, eles são classificados como amadores e fúteis.

No momento em que o cânone literário começava a se consolidar no Brasil, por volta dos séculos XIX e XX, havia muitas mulheres produzindo romances, poesia, matérias para periódicos, mas poucas obtiveram algum reconhecimento na época. Até mesmo as que conseguiram a duras penas conquistar um espaço significativo no mundo da escrita, foram julgadas pela crítica, que acreditava que existiam limites para o que uma mulher poderia escrever, alguns assuntos eram apontados como inapropriados para elas e usados para atacá-las publicamente com tentativas de ridicularização (Telles, 2004).

Enquanto mulheres lutavam pela conquista de direitos, como o direito à educação formal, homens escreviam a literatura e a crítica literária que, segundo João Alexandre Barbosa (2003), daria início à formação do cânone literário brasileiro³. Livros como *História da Literatura Brasileira* (1882), de Sílvio Romero, e *História da Literatura Brasileira - De Bento*

³ É válido ressaltar que estas mulheres e estes homens eram, em sua maioria, pessoas brancas. No século XIX, as pessoas negras precisavam, em muitos casos, lutar por direitos ainda mais básicos, como a reafirmação de sua humanidade. Apesar da opressão sistemática, atualmente podemos acessar as obras de grandes escritoras(es) negras(os) da época, a exemplo de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis.

Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908) (1916), de José Veríssimo, que foram consagrados como as primeiras obras de fôlego sobre a História da Literatura, são obras de e sobre homens.

Obras como essas e textos resultantes de cursos ministrados na década de 1860, por Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis e Ferdinand Wolf, se colocaram a tarefa de definir o que era realmente literatura brasileira e apontar os nomes que melhor a representavam (Barbosa, 2003). Tal como foi dito acima, esses nomes eram quase todos de homens brancos e influentes política e economicamente, isto evidencia as bases nas quais se firmou o cânone brasileiro.

O cânone, porém, não se resume a uma lista com os “grandes nomes da Literatura”, ele está atrelado a conceitos como cultura, identidade e humanidade. Se a busca era por uma literatura genuinamente brasileira, definir e compreender essa brasilidade era essencial. Neste sentido, ao serem excluídas do cânone literário brasileiro, as mulheres tinham suas obras e suas vozes afastadas de discussões fundamentais para os rumos do país, como a da nacionalidade.

Essas discussões não se desenvolveram apenas nos livros e cursos, mas também em instituições que foram fundados no século XIX e estendem sua influência até os dias atuais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, e a Academia Brasileira de Letras (ABL), instituída em 1897. Esta última, em especial, foi e é considerada como a encarregada pela reunião e validação de escritoras(es) classificadas(as) como ilustres. Impressionantemente (ou não, tendo em vista o que já foi debatido até aqui), a primeira vez que uma mulher foi eleita para a ABL ocorreu em 1977, quase um século depois da criação da instituição. A mulher escolhida foi a escritora cearense Rachel de Queiroz (1910-2003), considerada uma das principais expoentes do Regionalismo.

Falaremos mais detidamente sobre o Regionalismo no próximo tópico, uma vez que *A Barragem* (1937), principal fonte sobre a qual nos debruçarmos nos capítulos a seguir, é compreendida enquanto romance regionalista pela maioria das(os) pesquisadoras(os) que a analisaram. Agora pensaremos sobre o cânone literário brasileiro a partir da primeira metade do século XX, momento no qual o Modernismo se consolidou enquanto movimento artístico e histórico.

O Movimento Modernista, tal qual o Romantismo do século XIX, é apreendido pela crítica canonizadora com foco em seu ímpeto nacionalista. Roberto Reis (1992, p. 80-81) reflete sobre a tendência nacionalista da historiografia e crítica da Literatura Brasileira nos seguintes termos:

Seja dito também, embora muito de passagem, que um número expressivo de histórias literárias e de estudos sobre a literatura brasileira está orientado por um paradigma nacionalista e um vetor teleológico: a crítica, engajada num processo de

“emancipação” da cultura brasileira da dependência que a tem acossado desde os tempos coloniais, projeta a sua ideologia no *corpus* literário e como tende a avaliar os textos e autores em função do grau menor ou maior de “nacionalidade” que porventura contenham [Grifos do autor].

Neste contexto, o Modernismo foi percebido por muitos críticos e historiadores como a expressão, por excelência, dessa autonomia da Literatura e cultura brasileiras. Embora o próprio Movimento Modernista já carregasse pretensões nacionalistas, buscando criar manifestações artísticas que pudessem se definir como verdadeiramente brasileiras (mesmo quando assimilando influências das Vanguardas Europeias), foram os escritos desenvolvidos entre as décadas de 1930 e 1950 que consolidaram os discursos em torno do Movimento e passaram a associá-lo muito diretamente à construção de uma identidade brasileira, dando ênfase à Semana de Arte Moderna, realizada no ano de 1922, em São Paulo (Cardoso, 2022).

A identidade brasileira proposta pelo Modernismo era supostamente diversa, preocupada com a inserção de pessoas negras e indígenas entre suas pautas, mas, ao observarmos quem foram os artistas que mais ganharam destaque através deste Movimento, notadamente do Modernismo paulista, nos deparamos com o padrão já destacado: uma quantidade de homens brancos de classe média ou alta que supera a dos demais grupos, além de representações estereotipadas dos grupos que supostamente se buscava incluir.

As mulheres que ganharam certa visibilidade no Movimento Modernista paulista foram as artistas plásticas Anita Malfatti (1889-1964) e Tarsila do Amaral (1886-1973). A primeira sofreu uma série de repreensões, inclusive de Monteiro Lobato (1882-1948), pela inovação em suas pinturas, enquanto a segunda só chegou a se consolidar realmente nas décadas de 1950 e 1960, tornando-se uma espécie de “musa” do Modernismo (Simioni, 2022), papel tão comumente designado ao gênero feminino no mundo das artes. A musa é aquela que inspira o gênio masculino e o leva a grandes criações. Ao serem postas neste lugar, as mulheres deixam de ser compreendidas como sujeitos atuantes e criadores:

A mulher serviu também de espelho mágico entre o artista e o Desconhecido, tornando-se Musa inspiradora e criatura. Para poder tornar-se criadora, a mulher teria de matar o anjo do lar, a doce criatura que segura o espelho de aumento, e teria de enfrentar a sombra, o outro lado do anjo, o monstro da rebeldia ou da desobediência (Telles, 2004, n.p.).

Outras artistas modernistas, como a poetisa Gilka Machado (1893-1980) e a pintora e tecelã Regina Gomide Graz (1897-1973), recebem uma atenção ainda menor nas pesquisas e críticas referentes ao Modernismo no Brasil, além de terem sofrido a repressão decorrente do machismo estrutural. Gilka Machado, ainda com treze anos, foi adjetivada de “matrona imoral”

por um crítico famoso do século XX (Machado, 1978 *apud* Pietrani, 2019). Isto porque sua poesia prezava pela liberdade das mulheres, inclusive a liberdade sexual. Já Regina Graz, por praticar tecelagem - arte associada historicamente ao doméstico e ao feminino - teve sua técnica inferiorizada, como destaca a historiadora Ana Paula Simioni (2022) ao *Jornal da USP*: “[a]chava-se, por exemplo, que ela era menos artista que seu marido, pois ela apenas executava as coisas, enquanto ele as desenhava”.

Esta frase é elucidativa de como as mulheres foram, no geral, compreendidas dentro desses movimentos literários e pela crítica e historiografia que os consagraram: capazes de executar, mas não de pensar e de criar. Para compreendermos o que levou mais homens do que mulheres a ganharem realce nestes movimentos e nas produções sobre eles, é necessário que os analisemos tendo em vista o recorte de gênero e suas intersecções com a classe social, a sexualidade, a identidade étnico-racial e o lugar geográfico e institucional. Considerando isso, o próximo tópico será dedicado à reflexão sobre as contribuições da escritora paraibana Ignez Mariz à Literatura Regionalista e ao modo como tais contribuições foram apreendidas pela crítica, partindo dos recortes mencionados.

1.2. “Uma Regionalista Esquecida”

Antes de nos debruçarmos sobre a participação de Ignez Mariz no movimento conhecido como Romance de 30, é importante considerarmos o contexto histórico em que se desenvolveu o movimento e a crítica literária referente a ele. Esta análise nos ajudará a compreender porque o Romance de 30 passou a ser encarado como um novo tipo de Regionalismo, mais próximo do Modernismo, e quais as implicações desta definição para a corrente literária de uma forma geral e, particularmente, para a atuação da autora aqui estudada.

Como apontam as historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto (2018), o cenário político e cultural brasileiro passou por consideráveis transformações na década de 1920. Eventos e processos como a Semana de Arte Moderna, o movimento tenentista, a fundação do Partido Comunista e o aceleramento da industrialização e da urbanização são destacados como alguns dos que deram o tom dessas transformações. Toda essa movimentação resultou, entre outras coisas, na instabilidade do sistema político vigente, baseado no poder exercido pelas oligarquias, o que deu origem ao movimento conhecido como Revolução de 1930.

Ainda que esta “Revolução” não tenha suscitado uma mudança profunda do regime político, podendo ser considerada mais como um “[...] reajuste nas relações internas dos setores

dominantes” (Ferreira; Pinto, 2018, n.p.), é um evento incontornável quando nos voltamos para a produção intelectual da década de 1930. Como argumenta o crítico literário Luís Bueno (2015), a polaridade e a dúvida geradas nesse momento influenciaram tanto os enredos do Romance de 30, quanto o modo como os analisamos: baseados(as) na dualidade entre a vertente “intimista”, que estaria mais voltada para as subjetividades e a construção psicológica dos personagens, e a “social”, preocupada em narrar a crua realidade e incluir o “Outro”.

Embora Bueno (2015) concorde que entre os(as) romancistas de 30 existiam os(as) que se aliaram a um posicionamento político de esquerda e que viram na organização da classe trabalhadora uma possibilidade temática e uma proposta de intervenção na realidade e os(as) que acreditaram que o momento de crise era um problema moral, que deveria ser resolvido a partir do reencontro com a religião (católica), o autor também argumenta que essa diferença não os(as) separou por completo. A incompatibilidade entre as produções desses(as) escritores(as) foi uma elaboração da crítica, é anterior às próprias obras:

[...] o que se quer enfatizar aqui não é a ocorrência em si dessa polarização ou o processo de engajamento pelo qual a intelectualidade brasileira passou nos anos 30, mas sim o quanto a ideia de produção romanesca dividida em duas correntes tão impermeáveis entre si tem sua origem numa realidade anterior ao exame das obras nelas mesmas (Bueno, 2015, p. 36).

Já nas primeiras páginas de *Uma História do Romance de 30* (2015), Bueno destaca a existência de aspectos do romance que estão além dele próprio e que devem ser considerados quando se pretende evitar análises literárias limitantes e estáticas:

Em outras palavras, a ideia de que a literatura, vista sob o ponto de vista histórico, pode ser encarada como um sistema que inclui também aspectos que ultrapassam os limites do texto, em especial a recepção que se fez e se faz dele, permite a superação daquele dilema entre esteticismo e historicismo apontado por Lúcia Miguel Pereira porque vê a tradição literária como algo em andamento e não como um objeto estático capaz de ser capturado e congelado sem traumas num livro de história (Bueno, 2015, p. 15).

Tendo em mente essa exterioridade da Literatura, o autor começa por questionar a premissa de que o Movimento Regionalista de 1930 seria um prolongamento do Movimento Modernista. Para Luís Bueno (2015), o Modernismo foi responsável por derrubar algumas das muralhas erguidas pela *Belle Époque*⁴, mas não chegou a criar algo realmente novo, como o fez

⁴ A *Belle Époque* foi uma expressão criada no século XX, diante do contexto caótico gerado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), para se referir a uma suposta “idade de ouro” da França, em particular, e da Europa de uma forma geral, que teria ocorrido especialmente a partir da segunda metade do século XIX e tido como principais características os avanços científicos e tecnológicos e um relativo período de paz. Mas este passado não havia sido glorioso para todos, apenas as classes abastadas haviam usufruído efetivamente dos avanços, assim como a paz

a geração do Romance de 30. O Modernismo ofereceu a abertura estética e o Romance de 30 a reflexão sobre os problemas do país.

Também não podemos deixar de considerar que o Modernismo ao qual Bueno se refere é o paulista e que, como foi apontado acima, parte da historiografia posterior à Semana de Arte Moderna de 1922 buscou consolidar o Modernismo paulista como o principal ou único expoente do Modernismo brasileiro e contrapor a ele as propostas de identidade nacional elaboradas em outras partes do Brasil. Esta perspectiva, segundo Mônica Velloso (2010), transformou o Regionalismo em sinônimo de atraso e conservadorismo.

Foram lidos como conservadores e antiquados tanto o Regionalismo-Naturalista do final do século XIX, em sua busca por descrever e fixar imagens de paisagens “regionais” que, em mosaico, formavam o Brasil (Albuquerque Júnior, 2011), quanto o Regionalismo da década de 1920, tendo como principal expoente Gilberto Freyre (1900-1987), que esteve, com efeito, empenhado em definir as tradições nordestinas e defender uma ideia de pureza da região, argumentando ser ela a que melhor poderia expressar a brasilidade, pois não havia, em tese, sido maculada pelas influências estrangeiras (Azevedo, 1996).

Mas e o “Regionalismo” de 1930? Por que também ele não foi distanciado do Modernismo e rotulado como obsoleto? Por qual razão teria se atribuído a ele um “prolongamento” do Modernismo? Em uma pesquisa simples no *Google* ou em um livro didático de Língua Portuguesa nos deparamos com a expressão “segunda geração modernista” para se referir à produção das(os) autoras(es) que escreveram romances na década de 1930, compartilhando algumas características: partir dos (ou, refletindo junto a Durval Muniz de Albuquerque Jr, inventar os) espaços locais/regionais; pensar a realidade de forma distópica, fosse através da externalidade ou das inquietações interiores dos sujeitos; a pobreza; a incerteza e, simultaneamente, a necessidade, quase exigência, de se posicionar.

Mesmo demonstrando sua primazia pelo local, em contraponto às pretensões universalizantes dos(as) modernistas paulistas, o Regionalismo de 30 contou com um contexto no qual “[a] literatura passa a ser vista como destinada a oferecer sentido às várias realidades

era instável e estava, em grande medida, apoiada em posturas armamentistas e colonialistas contra outros continentes, como a África e a Ásia. Como aponta o professor e pesquisador de Literatura Jean-Yves Mérian, a *Belle Époque* no Brasil, se ocorreu, esteve restrita a um grupo muito limitado de indivíduos, aqueles que puderam viajar para Paris e trazer “[...] lembranças, saudades e objetos de *Art nouveau* e, por vezes, quadros de pintores da moda.” (Mérian, 2012, p. 152). A concepção de Brasil da *Belle Époque* era de um país com muitas riquezas naturais, mas com uma cultura fraca. Essas eram as muralhas da *Belle Époque* às quais Luís Bueno se refere, foram elas que o Modernismo paulista conseguiu transpor, pois, apesar de ainda possuir limitações, buscou abranger outros sujeitos e pensar uma identidade brasileira que, apesar das influências estrangeiras, fosse própria. Para mais informações sobre a *Belle Époque* no Brasil: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (Org.). *A Belle Époque Brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

do país; a desvendar a essência do Brasil real” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 123). E a Literatura passou a ser vista assim porque recebeu legitimação da Crítica. Essas circunstâncias projetaram o Regionalismo de 30 como um “prolongamento” do Modernismo, como uma nova forma de pensar e dizer o país partindo de suas particularidades regionais.

Foi nesse contexto de mudanças no país e de elaboração de um “dispositivo da nacionalidade” (Albuquerque Júnior, 2011) que se desenvolveu a obra *A Barragem* (1937), de Ignez Mariz. Filha do “Dr. Silva Mariz”, a autora contou com um sobrenome que carregava/carrega bastante influência política tanto na cidade de Sousa, como no Estado da Paraíba de uma forma geral. Os avós paternos de Ignez Mariz, o padre José Antônio Marques da Silva Guimarães e Maria da Conceição Gomes Mariz, integraram o Partido Liberal e, com sua influência, conseguiram elevar Sousa à categoria de cidade. O padre Guimarães foi o primeiro prefeito do município.

Como Maria da Conceição era descendente de uma família nobre de Portugal, o padre Guimarães quis preservar o prestígio do sobrenome dela e o transferiu aos filhos, inclusive a Antônio Marques da Silva Mariz (1851-1927), primeiro filho do casal e pai de Ignez Mariz. Antônio Marques da Silva Mariz formou-se em medicina na Academia da Bahia no ano de 1880 e assumiu a liderança do Partido Liberal quando seu pai faleceu, no ano de 1888. Com a ascensão da República, Antônio Marques é eleito Deputado Federal pelo Partido Republicano (Pinto, 2003).

Apelidado de “Doutor Silva Mariz”, o médico e político mantinha prestígio entre a população sousense, realizando consultas, prescrevendo remédios e aconselhando pessoas das classes baixas (Ehrich, 2022). Sua influência política foi perpetuada através de seus filhos homens, em especial José Mariz, que foi tenente do exército, deputado e interventor da Paraíba, tendo atuado na chamada Revolução de 1930. Ignez Mariz e suas irmãs não apagadas de história política que se baseia nos “grandes nomes”, embora tenham usufruído de privilégios que as moças pobres da época não tinham.

Sendo uma moça de posses, a autora pôde receber educação formal, de início com o auxílio de seu pai e, possivelmente, da professora Clotilde Meira (Ehrich, 2022) e, mais tarde, no Colégio das Neves, em João Pessoa (Pinto, 2003). Além de escritora de romances, contos, crônicas e matérias para periódicos (*Eu Sei Tudo, A Noite Ilustrada, A Noite, Alterosa, Letras dos Sertão*), Ignez Mariz lecionou francês no Colégio São José, em Sousa (Gadelha, 1986). Apesar dos privilégios supracitados, Ignez Mariz sofreu um apagamento. São escassos os trabalhos que se debruçam sobre sua trajetória e sua obra: quando não é pouco mencionada, está ausente das produções que discutem o Romance de 30.

Mesmo o livro *Uma História do Romance de 30* (2015), de Luís Bueno, que faz um verdadeiro resgate crítico da produção do movimento, se limita a apresentar o romance *A Barragem* (1937) como mais do mesmo. Bueno (2015) reproduz um trecho do crítico Octávio Tarquínio de Souza⁵ e, mesmo identificando o teor machista dele, concorda com a opinião expressa por Tarquínio de Souza a respeito d'*A Barragem* (1937), o classifica de “anódino” e deixa explícito que, segundo sua análise, o romance de Ignez Mariz não acrescenta nada de novo ao romance proletário, servindo mais como um indício de seu esgotamento. Quando vai mencionar as autoras que construíram personagens femininas transgressoras, Bueno não cita Ignez Mariz, apenas Rachel de Queiroz e Lúcia Miguel Pereira, o que causa estranheza se levarmos em conta que Maria dos Remédios, uma das principais personagens d'*A Barragem* (1937), apresenta comportamentos dignos do adjetivo “transgressor”.

Quando nos voltamos diretamente para a matéria escrita por Octávio Tarquínio de Souza, na qual Bueno se inspirou para analisar o romance de Ignez Mariz, nos deparamos com uma crítica carregada de machismo. Tarquínio de Souza não só associa o seguir à moda a uma suposta futilidade das mulheres, logo após afirmar que Ignez Mariz quis acompanhar o tema literário da moda, como dá a entender que a autora se sairia bem melhor se escrevesse sobre a vida íntima e os “hábitos domésticos”. O que só vem a dar sustentação à ideia de que há temas mais apropriados para as mulheres e que esses são sempre os que se desenvolvem entre as paredes de uma casa controlada, na maior parte das vezes, por uma figura masculina, longe de temas e espaços de luta por direitos (Telles, 2004).

Depois das muitas críticas feitas ao empreendimento de Ignez Mariz em escrever um romance regionalista e proletário, “populista”, em suas palavras, Tarquínio de Souza se refere ao romance escrito por um homem - Cyro Martins - nos seguintes termos:

Livro de literatura regionalista e popular é este do sr. Cyro Martins. Populismo e regionalismo do extremo sul dos campos gaúchos. Mas onde a sra. Ignez Mariz falhou, o sr. Cyro Martins foi victorioso⁶. Aqui será a verdadeira literatura regionalista, no bom sentido, feita em correspondencia a uma necessidade profunda do *temperamento do escriptor*, sem preocupação de moda (Souza, 1937, p. 17)⁷ [Grifos nossos].

⁵ “Dotada de sólidas qualidades de escritora e romancista, essa senhora, que agora estréia com um romance passado no nordeste, sacrificou o seu livro escolhendo um terna que está na moda, mas não nas suas cordas. É verdade que a senhoras se deve sempre perdoar o quererem seguir a moda. ainda que literária.” (Souza, 1937, p. 17). Este trecho, citado e comentado por Luís Bueno (2015), foi retirado de uma matéria escrita em 1937 por Octávio Tarquínio de Souza para os jornais *Diário de Pernambuco* (PE) e *O Jornal* (RJ). Octávio Tarquínio de Souza (1889-1959) foi advogado, escritor, crítico literário e ministro. Dirigiu a *Coleção Documentos Brasileiros*, da editora José Olympio, e periódicos, como *Lanterna Verde*, *Revista do Brasil* e a *Revista do Comercio*.

⁶ As fontes periódicas serão citadas seguindo a grafia dos(as) autores(as).

⁷ SOUZA, Octávio Tarquínio. Vida Literária. In: *O Diário de Pernambuco*. 22/08/1937. 2ª seção, p. 17.

Como notado, o crítico não atribuiu o sucesso de Cyro Martins em detrimento ao suposto fracasso de Ignez Mariz a características externas ou a qualidades literárias, mas, sim, ao “temperamento”. Às mulheres é negado o caráter criador, como se nosso “temperamento” determinasse que nascemos para reproduzir (nos diferentes sentidos da palavra) e executar, não para criar, pois o gênio criador deve ser, necessariamente, o homem (Simioni, 2022). Ou, como dito antes, nossa criação só pode se expressar em limitados temas.

O mesmo ocorre na crítica escrita por Rosario Fusco⁸. Embora busque tecer elogios à Ignez Mariz e chegue a aproximá-la de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, Fusco associa os supostos defeitos da obra de Ignez Mariz ao fato de ela ser mulher, bem como faz questão de realçar que o romance dela não pode se igualar a qualidade de um *Caetés*, pois a autora não seria dotada dos mesmos “recursos extraordinários de escriptor” (Fusco, 1937) que possuía Graciliano Ramos. No trecho a seguir é possível observar o caráter da crítica de Fusco:

Um methodo perigoso esse de romancear, Graciliano Ramos, com seus recursos extraordinarios de escriptor, soube tirar partido da dificuldade em seu Cahetés. Mas isso aconteceu a Graciliano Ramos. Dona Ignez Mariz suggere a comprovação de um trecho da carta de George Sand se confessando a uma amiga: “escrevi quasi uma centena de romances. Foram experiencias de muitas vidas que vivi. Não me arrependo de coisa alguma que fis. Acho estranho é que, sendo mulher, nunca pude escrever um trecho que se afirmasse masculino. Nós pensamos que não há diferença entre um homem e uma mulher escrevendo. Entretanto, essa diferença é visivel”. No caso em apreço, tanto mais visivel quanto dona Ignez Mariz faz questão de afirmar-o... Os commentarios de ordem sentimental, feitos á margem das situações amorosas do livro, são excessivamente femininos.

O crítico usa a palavra “estrepante” tanto como ofensa quanto para justificar as “falhas” do romance *A Barragem* (1937). Desconsidera a narrativa que Ignez Mariz produz em torno das vivências dos trabalhadores na barragem, afirmando que a obra de aq̄udagem foi usada apenas como título do romance, sendo retratada apenas “quatro ou cinco vezes”, enquanto na maior parte da narrativa a autora se dedicou aos “commentarios sentimentais” e ao excesso de descrições.

Ignez Mariz foi submetida a esses estereótipos até mesmo quando a intenção do crítico era “elogiar” a sua escrita, o que pode ser percebido no seguinte trecho de uma matéria escrita

⁸ Rosário Fusco de Souza Guerra (1910-1977) foi advogado, poeta, publicitário, deputado, procurador federal, secretário da Universidade do Distrito Federal, jornalista e crítico literário. Foi redator-chefe da revista *A Cigarra* e, junto com Almir de Andrade, dirigiu a publicação *Cultura Política: Revista de Estudos Brasileiros*, financiada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo ditatorial de Getúlio Vargas.

em 11 de agosto de 1937, à coluna Memento Bibliographico, no *Boletim de Ariel*, por um autor não identificado:

O que ha de curioso neste romance é o destemor com que a sra. Ignez Mariz affronta certos aspectos por vezes rudes da vida sertaneja do nosso Brasil. Em geral, **as escriptoras patricias ficam numa literatura dulcificada**, de uma inofensiva timidez romantica. A autora da Barragem rompe com esses productos para pensionatos de menores e diz o que observou e sentiu em meios agrestes, com uma linguagem calorosa e franca que *vae por vezes ás notas de uma intrepida masculinidade* [Grifos nossos].

Mas ela não foi a única autora do chamado Romance de 30 a passar por episódios em que a qualidade de sua escrita foi associada, pela Crítica Literária, a uma hipotética masculinidade. Bueno (2015, p. 133) aponta os comentários iniciais feitos acerca da obra *O Quinze* (1930), da escritora cearense Rachel de Queiroz, em que alguns críticos, a exemplo de Augusto Frederico Schmidt⁹, não podendo negar a qualidade da obra, se empenharam em associá-la à masculinidade. Graciliano Ramos chegou mesmo a sugerir que Rachel de Queiroz fosse apenas o pseudônimo de um autor, não podia crer que um romance tão bem construído pudesse ser escrito por uma mulher.

Rachel de Queiroz é a única mulher que tem seu nome na “lista dos grandes autores do Romance de 30”. Suas obras são mencionadas nas escolas e estudadas pela historiografia. Foi a primeira mulher a ser aceita na Academia Brasileira de Letras (ABL), como mencionado antes, e a primeira a ganhar o prêmio Camões (Campos Júnior, 2021). Rachel de Queiroz adentrou o cânone literário, pois recebeu a legitimação de instituições que definem o que é canônico, mas nem mesmo este reconhecimento a protegeu de críticas frequentes à sua obra, como as apontadas por Luís Bueno (2015).

Assim como Queiroz, Ignez Mariz nasceu em uma família abastada, pôde estudar e viajar para o Rio de Janeiro, onde publicou *A Barragem*, pela Editora José Olympio, uma das mais consagradas da época. Além de *A Barragem*, sua monografia intitulada *Educação Sexual - a que leva a curiosidade infantil insatisfeita* (1939), vencedora do Prêmio José de Albuquerque, recebeu muitos comentários nos jornais da época. Mas sua posição privilegiada - mulher branca, de classe média alta e letrada - e o seu talento como escritora e pesquisadora também não a livraram do apagamento. Explicaremos este apagamento a partir de três pontos que se interseccionam: a Crítica Literária, o local de produção e os direitos das mulheres.

⁹ Augusto Frederico Schmidt (1909-1965) foi poeta, jornalista e empresário. Fundador da Editora Schmidt, que teve considerável influência na década de 1930. Manteve vínculos como modernistas de diferentes vertentes, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Plínio Salgado.

Como já discutimos ao longo do primeiro tópico deste texto, o cânone define quais obras devem ser preservadas para a posteridade e quais não merecem tão longa vida. As instituições (a exemplo da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das universidades) e a Crítica Literária são alguns dos principais instrumentos pelos quais o cânone se impõe. Quando buscamos nos jornais da época as críticas escritas sobre *A Barragem* (das quais são exemplos as aqui mencionadas), constatamos que uma parte relevante delas foi escrita por homens brancos, de classe alta, bacharéis e/ou empresários, heterossexuais e que contavam com legitimidade no mundo das Letras.

Esses críticos, partindo de seus lugares sociais e percepções, classificaram a obra de Ignez Mariz ora como excessivamente descritiva, ora como sentimental; reprovaram a escolha do tema em alguns casos, alegando que não estava “nas cordas” da autora, em outros, a “elogiaram”, afirmando que a crueza com a qual Ignez Mariz o tratou foi digna de uma escrita masculina. Apesar de também terem feito elogios à autora, quase sempre esses homens tinham algo a apontar como falho na obra, ao mesmo tempo em que conseguiam citar autores que, guiados por seu temperamento e qualidades excepcionais, teriam sido “vitoriosos” onde a escritora de *A Barragem*, em tese, não teria conseguido.

Bonnie Smith (2003) discute o quão absurdo parecia a homens como estes, que ainda são a maioria nas instituições responsáveis por ditar o que é a História, a Literatura e a Política, aceitar que as mulheres, antes proibidas de ocupar qualquer espaço nestas instituições, pudessem se tornar profissionais nas áreas até então dominadas por eles, que saíssem do amadorismo. Em nossa análise, esses comentários, marcados por uma lógica ainda herdeira dos séculos anteriores, nos quais as mulheres eram afastadas de redes de sociabilidade intelectual, proibidas de ocupar determinados espaços e discutir temas considerados masculinos, colocaram o romance de Ignez Mariz em uma espécie de limbo: bom, bem escrito, mas não merecedor de figurar entre os que se tornariam representantes do Romance de 30, os canônicos.

Além disso, Ignez Mariz escreveu de e sobre um espaço que foi colocado à margem do “centro irradiador de cultura”, que hoje, assim como em 1930, é a nomeada região Sudeste. Albuquerque Júnior (2011) defende que a sensação de perda de poder econômico e político foi o que motivou os(as) “intelectuais do Norte” a elaborarem propostas de identidade nacional que tivessem como ponto de referência os seus locais de produção.

José Campos Júnior (2015, p. 53) chama a atenção para a necessidade que era imposta aos(as) autores(as) das margens do “celeiro cultural”: “[o] indivíduo é pressionado de diversas maneiras a se inserir, pelo menos espacialmente, no território da região detentora do poder, caso ele queira adentrar de maneira menos difícil no mercado editorial brasileiro.”. Esse binômio

central/periférico afastou e continua a afastar determinadas(os) escritoras(es), como a autora aqui estudada, das pesquisas/produções que pensam a Literatura Brasileira no singular/nacional/universal.

Por fim, observamos que o período no qual Ignez Mariz escreveu e publicou *A Barragem* (1937) - década 1930 - foi marcado por transformações no cenário político e social e por uma maior participação das mulheres no espaço público, através do voto e da filiação a partidos, por exemplo. Direitos que foram essenciais para que algumas mulheres pudessem se profissionalizar enquanto escritoras, pois, como afirma Constância Duarte (2016, p. 23), “somente com a consolidação dos direitos civis e políticos, e a efetiva intervenção da mulher no espaço público, suas vozes passam a ser ouvidas e sua competência literária, enfim, respeitada”.

Todavia, os direitos conquistados até aquele momento ainda eram incipientes, o acesso de mulheres ao Ensino Superior esteve limitado durante toda a Primeira República, apenas na década de 1930 as universidades passaram a ser frequentadas por elas em maior número (Sousa, 2008). Ainda assim, elas estavam concentradas na formação para o magistério, que lhes dava um espaço de ação e denúncia (Duarte, 2016) e era aceita pela sociedade patriarcal por estar ligada a características atribuídas às mulheres: educar e cuidar.

As divisões entre as profissões lidas como masculinas e femininas continuavam. Foi a Crítica produzida nesta conjuntura que julgou as obras escritas por mulheres e que contribuiu para que tantas autoras tivessem seus nomes e o de suas obras arremessados ao esquecimento, os mantendo longe dos manuais de literatura e da historiografia (Campos Júnior, 2021), longe das salas de aula da educação básica e superior.

Unidas, essas circunstâncias fizeram de Ignez Mariz uma “regionalista esquecida”, nas palavras de Enéas Athanázio¹⁰. Mas continuaremos a usar os espaços que conquistamos para recuperar o nome e a trajetória dela e de outras mulheres, trazendo-as para conversar conosco (esperando e desejando que com mais pessoas também). No tópico a seguir, buscamos pensar como a própria Ignez Mariz, através de sua posição e de sua *escrita feminina* (Richard, 2002), nos possibilita dialogar com outras(os) personagens, ficcionais ou reais.

¹⁰ ATHANÁZIO, Enéas. Uma Regionalista Esquecida. *Página 3*, Balneário Camboriú, 23 de Agosto de 2021. Disponível em: [Uma regionalista esquecida](#) . Acesso em: 09 de setembro de 2024.

1.3. A *Feminização da Escrita* na obra de Ignez Mariz

O que nos interessa daqui em diante é pensar o que a narrativa produzida por Ignez Mariz, partindo do seu lugar de fala/escrita, oferece para pensarmos não só a vivência da própria escritora, mas também os diálogos que ela buscou estabelecer com as vivências de outras(os) personagens: homens, mulheres e crianças pobres e trabalhadoras, subalternizadas por um sistema que deu a Ignez Mariz os privilégios de raça e classe, na mesma medida em que lhe oprimiu e apagou através de estereótipos de gênero. Para tanto, apoiamo-nos no conceito de *feminização da escrita*, da crítica de arte chilena Nelly Richard (2002), em trechos da biografia de Ignez Mariz e na proposta de interação entre História e Literatura desenvolvida por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007).

Antes de mais nada, faz-se necessário destacar que, embora o chamado Regionalismo de 30 tenha, como já foi dito, corroborado com a invenção de uma dizibilidade para o Nordeste e para as pessoas que viviam/vivem na região, os limitando a uma presumida essencialidade, marcada por fenômenos como o coronelismo, o messianismo, a seca, a fome, a migração e a vida no campo, o movimento também buscou se contrapor ao exotismo que o Regionalismo-Naturalista e mesmo o Modernismo paulista tinham atribuído ao “homem do interior” - nordestino, sertanejo. Parte dos(as) escritores(as) do Romance de 30, inserida em uma elite econômica decadente, passou a se identificar e tentar se comunicar com os marginalizados (Albuquerque Júnior, 2011).

Ignez Mariz, enquanto participante deste movimento, também fomentou o arquivo imagético-discursivo que inventou o Nordeste, mas não poderíamos dizer que seu romance se restringe a isso. É importante destacar que, mesmo sendo membras de uma das famílias mais influentes de Sousa e da Paraíba, a escritora e suas irmãs¹¹, como está posto, não aparecem entre as figuras de destaque de tal família, coube a seus irmãos. Portanto, mais do que os membros homens das elites, as mulheres se viam em uma posição de exclusão, ainda que bastante diferente da ocupada pelas mulheres que protagonizaram romances como o de Ignez Mariz.

Escrever sobre o “Outro” é um desafio e um ato de domínio (Dalcastagnè, 2008) e Ignez Mariz sabia disso. Em um momento inicial, no romance *A Barragem* (1937), a escritora chega a afirmar, através do personagem Zé Marianno, a existência de uma legitimidade do(a) escritor(a) para narrar/inventar experiências que não viveu:

¹¹ Maria Emília, Maria Augusta, Maria de Lourdes, Maria Antonieta, Maria Dolores e Maria Mercedes.

- O nosso Ministro [José Américo], mulher, quem haveria de ser mais? Você não sabe que depois de Epitácio só ele lembrou de nós? E é porque é daqui. *Diz o povo, Marica, que elle escreveu um livro tôdinho contando a sêcca.*
- Elle já foi “retirado”, Zé?
- Você é besta, Mariquinha. *Elle é um doutor formado. Diz o povo que inventou as historia de cabeça, como a gente faz conta... Mas eu já ouvi lêr um pedaço do livro na Goiabeira de compadre de Luiz Silva e foi tal-qual o que nós passemos...* (Mariz, 1994¹², p. 13) [Grifos nossos].

Mas Ignez Mariz não aplicou essa legitimidade desconexa da vivência a si mesma, buscou habitar ou ao menos tocar “a pele” daqueles(as) sobre quem escreveu: primeiro na ficção, se identificando com e através de Maria dos Remédios, uma das personagens de *A Barragem* (1937) sobre a qual falaremos mais nos próximos capítulos, bastando agora deixar explícito que, sendo filha de um “cassaco”, estava imersa em contexto bem diferente do da própria autora; depois na convivência, acompanhando as interações de seu pai, que era médico, com as pessoas das classes baixas (Sales, 2005); por último, na morte, quando Ignez Mariz, tentando comprovar a ineficiência do sistema público de saúde, se submeteu a um procedimento que pôs fim a sua vida:

Estatui a “lei de Murphy”: se algo pode dar errado, fatalmente dará. E deu errado, infaustamente, para a escritora sousense Maria Ignez da Silva Mariz, com o corolário-agravante de o “sistema de Saúde” nacional ter entrado pavorosamente em cena. Em 1952 - Ignez - cuja escritura sempre vergastou desigualdades - decidiu fazer extraordinária experiência. Querendo escrever sobre os que infelizmente buscam nossos hospitais e também infelizmente não os encontram, fez-se de indigente e internou-se em nosocômio público carioca, para... para operar-se das amígdalas, que de nada sofria. Vocês acertaram: ela morreu asfixiada na mesa de cirurgia - faltou oxigênio e não teve jeito de arranjar novo tubo (Nóbrega, 1994, n.p.).

Essas circunstâncias não transformaram a escritora de *A Barragem* nos sujeitos sobre os quais pesquisou/escreveu, assim como não fazem dela a porta-voz desses sujeitos. Concordamos com o argumento de Regina Dalcastagnè (2008, p. 79) de que a questão da representatividade não se resume ao respeito pelas particularidades do “Outro”, pois o que está em questão é “a diversidade de percepções do mundo, que depende de acesso à voz e não é suprida pela boa vontade dos que monopolizam a fala”. O que nos interessa não é pensar Ignez Mariz como a autora que escreveu por outros(as), mas sobre outros(as), sem colocá-los(as) no lugar do exotismo e reconhecendo suas existências e agências para além das “histórias de cabeça” que os(as) intelectuais criam sobre eles(as).

Interpretamos a obra de Ignez Mariz como um meio para se investigar diferentes formas de violência, desde as envolvidas na inserção (ou não inserção) das mulheres no cânone literário

¹² Ano da segunda edição, que foi a que tivemos acesso.

até as que cercaram as experiências de trabalhadores(as) nas obras de combate às secas e de “modernização”. Não me refiro à suposta violência essencial que reinaria entre os sertanejos, violência “condicionada” por um espaço que seria também violento, áspero e sangrento, pois isto já foi devidamente questionado por autores como Durval Muniz (2007). Não podemos nem desejamos ignorar o recorte espacial, mas compreendemos que as violências aqui observadas podem ocorrer em qualquer parte do Brasil e do mundo: a exploração do trabalho, o machismo, o racismo.

Tendo em mente este objetivo, pensaremos a Literatura nos próximos capítulos não como um objeto de estudo da História, mas como narrativa a ser pensada com a História, considerando que, apesar das particularidades, ambas são formas de nos situar no real, lhe atribuindo significados (Albuquerque Júnior, 2007). Dando importância também à relação que Albuquerque Júnior (2007, p. 49) indica entre a Literatura, a História e as questões de gênero:

Talvez a diferença entre a História e a Literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental se define como sendo masculino, enquanto a Literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo feminino. A História seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A Literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico.

Tal argumentação não nos leva a sugerir que existe um único modo de ser homem ou mulher e que ele estaria, indissociavelmente, ligado ao tipo de narrativa que se produz. A intenção é justamente pensar a diferença genérica-textual como possibilidade de subverter a lógica opressora da universalização e da racionalidade ocidentais, lógica que sustenta os cânones e ignora a multiplicidade. Neste sentido, a *feminização da escrita* proposta por Nelly Richard (2003) não se refere necessariamente a textos escritos por mulheres, mas a textos que, escritos por homens ou mulheres, descobriram/descobrem formas de transgredir:

Qualquer literatura que se pratique como *dissidência da identidade*, a respeito do formato regulamentar da cultura masculino-paterna, assim como qualquer escrita que se faça cúmplice da ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil, levaria o coeficiente minoritário e subversivo (contradominante) do “feminino” (Richard, 2003, p. 133) [Grifos da autora].

Ainda que Ignez Mariz tenha adotado, ao longo de sua vida, posturas divergentes das que se esperava das mulheres na época em que viveu, como o divórcio¹³, a preocupação em pesquisar e escrever sobre Educação Sexual para crianças e adolescentes¹⁴ e mesmo a opção por adentrar um movimento literário que ainda era majoritariamente masculino, o caráter transgressor que atribuímos a sua obra não diz respeito tão somente a esse contexto, mas também à composição do texto. A autora enfatiza a existência de várias formas de ser mulher, como debateremos em um dos tópicos do último capítulo, e traz à tona personagens múltiplos, o narrador (melhor seria dizer narradora) do romance é onisciente, mas não indiferente, havendo momentos em que fica explícito que é Ignez Mariz que está se colocando no texto.

O estilo que mescla entre o “relatório” e o registro dos “hábitos domésticos” e dos “casos amorosos”, que foi desaprovado por muitos críticos, é mais uma das características que nos levam a conceber a escrita de Ignez Mariz como sendo parte da “ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil” sobre a qual escreveu Richard (2007). Não se limitar a uma única forma de narrar e inventar o real é transgredir o discurso da História “que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista”, como escreveu Albuquerque Júnior (2007) em trecho supracitado.

Nos capítulos abaixo, desenvolvemos uma análise acerca das personagens marginalizadas construídas por Ignez Mariz, enfatizando os contributos que essa construção nos oferece para pensar o lugar ocupado pelos(as) subalternizados(as). Tendo em mente o fato de estarmos lidando com uma obra não canônica do Romance de 30, marcada por uma escrita que conceituamos como *feminilizada*. Não desejamos sugerir que tal obra ofereça uma versão melhor ou pior dessas personagens, a representação mais democrática é sempre aquela na qual diferentes indivíduos podem falar/escrever partindo de seus lugares (Dalcastagnè, 2008), multiplicidade que um único romance não pode promover. Nosso intuito é investigá-la enquanto uma versão pouco explorada e que descobriu formas, mesmo que sutis, de se contrapor às opressões

¹³ De acordo com Evandro Nóbrega (1994), o divórcio de Ignez Mariz e Carlos Meira foi o primeiro da cidade de Sousa - Paraíba. Além de ser um tabu, o episódio gerou ainda mais alvoroço por ambos pertencerem a famílias de renome.

¹⁴ Como mencionado em parte anterior do texto, Ignez Mariz escreveu a monografia *Educação Sexual - A que leva a curiosidade infantil insatisfeita*. Não tivemos acesso à obra, mas os recortes de jornais indicam que ela ganhou o Prêmio José de Albuquerque de 1939, do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. Isaias Ehrich (2022, p. 54) ainda destaca que “[...] esse prêmio era disputado por estudiosos de vários países, sobretudo França e Alemanha.”

CAPÍTULO 2

CAMPONESES E RETIRANTES: OS TRABALHADORES “CASSACOS” ANTES DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA

Tinha vendido o pedaço de terra, a coisa que mais queria neste mundo, depois da “velha” e dos filhos, para matar a fome delles e comprar o jumento da retirada.

Ignez Mariz, 1937

A Inspetoria de Obras Contra as Secas foi criada em 1909, pelo Governo Nilo Peçanha e teve a expressão “federal” acrescentada ao seu nome no ano de 1919. O órgão foi criado a partir de discussões entre líderes políticos do Norte do país, que viria a se consolidar como Nordeste, e os Governos Federais. Em 1945, sob o Governo de Getúlio Vargas, a IFOCS é transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, acompanhando o intento centralizador do Governo. O objetivo oficial do órgão é sistematizar os esforços de combate à seca na região, mas também cumpriu com outros, como assistir aos camponeses assolados por este fenômeno e “modernizar os sertões”. Estes últimos intentos ficam evidentes nas frentes de serviço e frentes de emergência da IFOCS. Mas quem eram as pessoas que compunham essas frentes?

Os trabalhadores que integravam as frentes de serviço da IFOCS durante os períodos de estiagem eram, via de regra, camponeses que se viam diante da impossibilidade de garantir meios de subsistência. No presente capítulo, intencionamos desenvolver um panorama a respeito das circunstâncias que produziam essa impossibilidade, fugindo à ideia de que a crise climática foi a única responsável pela vulnerabilidade desses trabalhadores e de suas famílias.

A discussão será norteadada por dois eixos: a fome e as frentes de emergência. O problema da fome foi tratado a partir de sua dimensão econômica e social, apreendido como um dos métodos utilizados pelo capitalismo para a manutenção da mão-de-obra. As frentes de emergência foram entendidas como palco dos propósitos salvacionistas e modernizadores do Governo, dos interesses particulares de proprietários e profissionais do Escritório e da precarização e controle da vida dos trabalhadores pobres.

2.1. A Foíce Ceifadora da Fome

Palavras como “desnutrição”, “endêmica”, “aguda” e “crônica”, que foram adotados também pelos estudos sociais, surgem como parte de um discurso médico hegemônico que se empenha, há muito tempo, em relacionar o problema da fome a questões “naturais” ou puramente biológicas, ignorando as desigualdades sociais que conduzem a tal problema, como argumenta a nutricionista e pesquisadora de Saúde Pública Maria do Carmo de Freitas (2003, p. 33):

A natureza da fome estava clara desde muito e tornou-se ainda mais nítida nesses últimos séculos. Entretanto, sua determinação social foi ignorada no discurso médico hegemônico, e mais tarde diluída no termo desnutrição. O enfoque predominantemente biológico distanciou, progressivamente, as questões sociais das vinculadas ao corpo, fazendo desaparecer ou excluindo a condição humana do organismo, para sustentar um suposto objetivo científico.

Juntam-se a esses discursos teorias como o malthusianismo, desenvolvida em 1798, pelo economista, matemático e sacerdote anglicano Thomas Robert Malthus. Malthus apontou uma suposta incapacidade produtiva da terra para suprir a população que estava em constante crescimento e sugeriu que a solução mais viável seria o controle da natalidade, medida que se direcionava, em particular, à população pobre.

Refutando esta hipótese, a já mencionada Maria do Carmo Freitas (2003) dá exemplos de momentos históricos em que, mesmo havendo alimentos em abundância, milhões de pessoas morreram de fome: crise da colheita das batatas na Irlanda, em 1846; milhões de mortes por fome na Índia em 1877, enquanto grandes quantidades de cereais eram exportadas; outras milhões de pessoas mortas pela fome em 1974, em Bangladesh, mesmo ano em que o país registrava a mais alta safra de arroz.

De acordo com dados das Nações Unidas no Brasil (ONU Brasil, 2023), atualmente, “cerca de 780 milhões de pessoas em todo o mundo passam fome, sendo que quase 50 milhões de crianças correm o risco de morrer devido à subnutrição grave”, isto sem considerar as pessoas que estão em situação de risco de fome, que ultrapassam 1 bilhão. Em matéria do ano de 2017, o Jornal *Nexo* discutiu um estudo publicado em abril de 2016 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no qual o órgão reconheceu que a produção mundial de alimentos é suficiente para suprir toda a humanidade, mas que, ainda assim, pessoas continuam morrendo a cada 4 minutos de fome no mundo.

Apesar de oferecerem um relevante levantamento de dados, órgãos como a ONU e o Banco Mundial não tocam em uma questão essencial da fome, que é a sua produção social. No mesmo sentido, entre as décadas de 1980 e 1990, nos Estados Unidos, foram desenvolvidos estudos sociais que, embora tenham sido importantes para pensar o problema da fome para além de suas características biológicas, ocultaram a fome enquanto conceito, o substituindo por expressões como “insegurança alimentar leve” e “insegurança alimentar moderada ou grave” (Ribeiro Júnior, 2021).

José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior (2021) argumenta que muito mais do que descrever a situação das pessoas que vivem em situação de fome, é necessário questionar o motivo pelo qual esta situação se mantém. E acrescenta, em diálogo com Josué de Castro, que “é preciso explicar a existência da fome parcial em sua forma endêmica, o que não significa negar a existência ou gravidade dos surtos ou crises de fome, mas compreendê-los como momentos em que as fomes epidêmica e endêmica se sobrepõem” (Ribeiro Júnior, 2021).

Norteados por essa discussão, compreendemos a fome enfrentada pelos “retirantes” nos períodos de estiagem não apenas como uma consequência direta da crise climática, mas como um problema decorrente da situação de vulnerabilidade em que os trabalhadores camponeses viviam. Embora a principal motivação dos trabalhadores que se alistaram nas frentes de emergência fosse escapar da fome aguda que os assolava naquele momento de seca, voltando à sua vida anterior com o retorno das chuvas, não podemos ignorar que o contexto no qual estavam inseridos envolvia uma exploração por parte dos latifundiários e coronéis. Nos momentos de crise, estes últimos se desincumbiam das práticas paternalistas que fundamentavam suas relações com os trabalhadores e as transferiam para os Governos, como será discutido com mais detalhes no próximo tópico.

Com a ausência das chuvas, os trabalhadores camponeses eram os mais profundamente atingidos, pois perdiam seus empregos, suas terras e criações (caso tivessem) e ficavam expostos à fome. Como observado por Josué de Castro, no livro *A Geografia da Fome* (1964), o tipo de fome que assolava os sertanejos do Nordeste durante os períodos de estiagem era quantitativa e qualitativa e levava aos extremos da desnutrição e da inanição com impressionante rapidez. Todavia, discordamos do autor quando afirma que essa fome atingia a todos(as) indistintamente, visto que os grandes proprietários podiam sofrer danos materiais e passar por redução na qualidade dos alimentos que consumiam, mas dispunham de condições para se mudar em direção a outras cidades e, se escolhessem permanecer nas fazendas, não passariam pelas mesmas privações extremas que os pobres passavam. A fome extrema atingia

os trabalhadores, as multidões de “retirantes” eram compostas majoritariamente por “camponeses arruinados pela seca” (Neves, 2009, p. 186).

A própria Literatura nos oferece exemplos neste sentido, livros tidos como clássicos do Movimento de 1930, que versam sobre a seca e os retirantes, como *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, evidenciam a diferença entre o modo com que a vida de pobres e ricos era afetada pela seca: os pobres, como Fabiano, Sinhá Vitória, Chico Bento, Cordulina e seus filhos, perdiam tudo que tinham e se arriscavam em longos percursos até as capitais, onde buscavam empregos, às vezes morrendo na estrada; enquanto os ricos, como Tomás da Bolandeira e Vicente, podiam escolher se iriam morar nas capitais de forma permanente ou temporária ou se ficavam e tentavam “salvar” seus grandes rebanhos.

No romance *A Barragem* (1937), o personagem Zé Marianno se lembra com frequência da terra que possuía antes de trabalhar na barragem de São Gonçalo, seu Rancho-Dôce, que precisou vender para adquirir comida para a família e comprar um jumento que ajudaria na viagem à procura de um serviço. Também possuía duas vacas,

Mas não achou quem as comprasse, porque gado em tempo de sêcca vale menos que farinha. Compral-o é o mesmo que atirar dinheiro pela janela. O coronel Feitosa, *que lhe comprara a terra por uma migalha*, ainda fôra generoso:

– Deixe as rezes ahi nos meus pastos, si escaparem, bem, si não... Comprar é que eu não quero. Já não sei o que faça de tanta vacca magra (Mariz, 1994, p. 8) [Grifos nossos].

Aqui observamos que o coronel Feitosa, diferente de Zé Marianno, não precisa vender nenhuma de suas posses, se aproveita das circunstâncias para comprar as terras dos camponeses pobres “por uma migalha” e, no auge de sua “generosidade”, ainda sugere que Zé Marianno deixe as vacas em suas terras. No caso de Zé Marianno, a perda da terra não representa meramente a perda de um de seus bens materiais, representa a impossibilidade de produzir os meios de subsistência seus e de sua família. A terra é, para este camponês e para tantos outros, parte de sua composição enquanto sujeito, “a terra lhe attrae o espirito com a mesma de gravidade com que chama o seu corpo” (Mariz, 1994, p. 209-210)

Interpretamos essa conjuntura sob o prisma da expropriação e exploração acerca das quais Ribeiro Júnior (2021) nos fala. Seguindo a argumentação do autor, a fome é, em grande medida, a consequência da redução das pessoas expropriadas à uma força de trabalho em potencial.

[...] uma vez expropriados os trabalhadores deixem de empregar os meios de produção para serem empregados por eles e ficam obrigados a vender continuamente sua força

de trabalho para não passar fome. Trata-se de uma inversão decisiva para compreender as relações sociais capitalistas. (Ribeiro Júnior, 2021, p. 30)

Além de intensificar o processo de expropriação dos camponeses, os períodos de estiagem os lançavam para empregos ainda mais insalubres, como eram as frentes de emergência da IFOCS. Como agravante, as frentes de emergência não abarcavam todos os camponeses desempregados e/ou destituídos das terras em que produziam os alimentos para sua sobrevivência. Lara de Castro Ferreira (2016), em pesquisa sobre os trabalhadores “cassacos” do Ceará, na década de 1950, afirma que vários trabalhadores não conseguiam ser alistados como celeridade e ficavam, junto com suas famílias, em hospedarias criadas pelo Governo para abrigar “retirantes”, a exemplo da Hospedaria Getúlio Vargas. Na seca da década de 1950, o local recebeu um número de pessoas muito superior à sua capacidade, sendo a superlotação acompanhada por doenças e pela fome.

Concordamos com Ribeiro Júnior (2021, p. 31) quando afirma que “[...] a fome e o risco da fome impelem ao trabalho sem a necessidade de violência extraeconômica.”, em outras palavras, é uma forma de coerção dos trabalhadores. Tal afirmativa encontra correspondência na trajetória dos personagens construídos por Ignez Mariz em *A Barragem* (1937), o medo da fome os acompanha ao longo da trama, os compelindo a aceitar imposições que lhes dessem a garantia de escapar dela.

A personagem Maria dos Remédios, filha de Zé Marianno, que admite ter escolhido seu noivo visando ascender economicamente, sempre lembra com horror dos momentos em que passou fome. Em uma conversa com Ferreirinha, o personagem com o qual se casa, ela afirma que chorava nos primeiros dias em que passava fome, mas que depois de um tempo já não tinha força nem para isso e acrescenta que uma vizinha de sua família só conseguiu chorar pela morte de seus dois filhos um mês depois, quando tomou um caldo de carne (Mariz, 1994, p. 252).

Embora não seja um relato propriamente, o modo como a escritora constrói a fala de Maria dos Remédios acaba por nos comover, comoção que colabora para romper com essa amenização da situação de fome que órgãos como o Banco Mundial tentam instaurar através de termos como “insegurança alimentar”. O romance de Ignez Mariz, apesar de colocar a seca como uma das principais causadoras da situação de miséria dos trabalhadores retratados, não deixa de criticar a desigualdade e reconhece no capitalismo as raízes dela.

Ao falar sobre o atraso nos pagamentos, a autora sugere que isto não era algo que afetasse aos capitalistas que se associavam ao Governo nas obras, pois eles tinham “costas largas e fôfas”, diferente dos pobres de “costas estreitas” (Mariz, 1994, p. 222). Algumas

páginas depois. Ignez Mariz é enfática ao criticar os políticos e seu descaso com a exploração sofrida pelos trabalhadores:

Reclinados em cadeiras estofadas, *homens bem alimentados discutem com toda a calma a sorte do infeliz que estrebucha sob a guante do barracão*, cujos lucros se elevaram agora de 40 a 100 e 200%.
Palavras, palavras, quando nós aqui morremos de inanição económica! (Mariz, 1994, p. 287) [Grifos nossos].

Levando em consideração esses pontos, concluímos que a fome, principal condutora dos camponeses às frentes de emergência, não era uma consequência imediata da estiagem, mas, sim, um fenômeno que é socialmente fabricado pelo capitalismo, uma vez que este modo de produção pressupõe a expropriação e a exploração da maior parte da população. A fome não é o resultado de alguma falha ou evento que impede “o correto funcionamento das relações econômicas capitalistas”, a fome é um dos métodos adotados pelo próprio capitalismo para coagir os trabalhadores. Contudo, não ignoramos que fenômenos climáticos, como as estiagens prolongadas, aumentam o risco de fome, pois geram desemprego e impedem a plantação de alimentos que costumam garantir a nutrição dos camponeses quando há inverno.

2.2. Salvacionismo, Modernização e Precarização nas Frentes de Emergência

A barragem de São Gonçalo, assim como outras construções dirigidas pela IFOCS, integravam uma política pública de combate às secas, eram parte do empreendimento de “salvação do Nordeste” conduzido pelos governos estaduais e federal. Sendo assim, o andamento ou não dessas obras estava intimamente ligado à rotatividade dos governantes. A obra em São Gonçalo foi iniciada na década de 1920, mas sua finalização só ocorreu na década de 1930, sob o Governo de Getúlio Dornelles Vargas.

Laila Pedroza (2024) observa que, embora a maior parte do investimento de Vargas tenha se concentrado nas áreas urbanas, quando comparado às administrações de Arthur Bernardes e Washington Luís, houve um aumento de investimento nos sertões do Nordeste durante seu Governo. Esta questão é colocada por Zé Marianno, durante uma conversa com seu compadre, nos seguintes termos: “– Mas o Maioral Getulio é bom, isso ninguém escureça. Elle poderia muito bem ter feito como Bernardes e Washington, que sempre fizeram questão de não se lembrarem de nós...” (Mariz, 1994, p. 54).

Todavia, a “lembança” de Getúlio Vargas para com os sertanejos fazia parte de seu esforço de centralização do poder, coordenando as ações da IFOCS sem consultar os grupos

locais, agindo de forma contrária à dos políticos da chamada Primeira República, e incluindo os sertanejos na economia nacional. O Governo Federal também buscava dar uma resposta ao receio de comerciantes, políticos municipais e habitantes das capitais, que se sentiam ameaçados diante dos saques e protestos realizados pelos “retirantes” à procura de emprego e alimentos.

Visando conter essa “crise”, o Governo ampliou os alistamentos em obras que já estavam em andamento e iniciou projetos novos em caráter emergencial. De acordo com Lara de Castro Ferreira (2016, p. 30), as obras emergenciais eram pequenas, planejadas para durar apenas o período que durasse a estiagem, com orçamento escasso, que não supria a demanda por emprego. Além disso, “ofereciam terríveis condições de alojamento, insalubres e improvisados, faltando água até para beber”. Nas palavras da narradora de *A Barragem* (1937, p. 175): “Nem uma providencia, em favor dos cassacos. O Gôverno não pôde perder: “mamãe inspetoria” provou que só tem de mãe o nome. No mais foi madrasta”.

Além do propósito salvacionista, as obras da IFOCS e os acampamentos que se formavam nos seus arredores foram apreendidos enquanto exemplos da modernização dirigida pelo Governo. No segundo capítulo de *A Barragem* (1937), Ignez Mariz fala sobre as novidades que os engenheiros responsáveis pela barragem de São Gonçalo, já na década de 1920, introduziram no local: água encanada, luz elétrica, saneamento básico. Em sua percepção, isso representava um tipo de progresso e iluminação de que os sousenses, imersos “na noite trevosa do passado”, sentiam inveja.

Mas não eram apenas os sousenses que foram privados de usufruir daqueles “avanços”, os trabalhadores “cassacos” de São Gonçalo, responsáveis pelo serviço braçal, não participavam deste conforto, ponto que a própria autora procura evidenciar ao longo do romance. Para corroborar com nossa afirmativa, vejamos como Ignez Mariz descreve a distribuição das casas no acampamento de São Gonçalo:

Na “Rua das 16”, plana, de casas pertencentes á Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêccas, moram os feitores, apontadores, fiscaes e demais empregados de categoria. Em colinas ao redor se trepam as moradas risonhas do Engenheiro-residente e pessoal de Escriptorio. Esses bangalôs são a unica nota de um conforto civilizado no meio do agreste de São Gonçalo.

E distantes, como se tivessem mêdo de se approximar, as casas de cassacos. Baixinhas e disseminadas negligentemente, assim de longe mais parecem caixas de phosphoro, espalhadas sem nenhuma intenção artistica, para brinquedo de menino pobre. (Mariz, 1994, p. 7)

O planejamento - ou ausência dele - não era uma questão puramente estética, estava relacionado à segurança e controle: as casas do engenheiro e do pessoal do escritório ficavam

nas partes altas para garantir uma visão panorâmica, necessária à fiscalização que estes profissionais deveriam exercer; as casas dos trabalhadores que desempenhavam funções com melhores salários, que exigiam algum nível de letramento ou especialização, eram garantida pela IFOCS; já os trabalhadores “cassacos”, responsáveis pelos serviços braçais e mal pagos, viviam em barracos improvisados e superlotados, sem eletricidade e saneamento básico, que aumentavam os riscos de doenças e mortes. Problemas como estes nos conduzem a uma mais cuidadosa reflexão em torno da modernização.

Para nortear essa reflexão, nos baseamos na discussão de Denis Castilho (2010) acerca dos “sentidos da modernização”, na qual define a modernização enquanto o processo através do qual as classes dominantes procuram inserir sua imagem nos espaços. Nas palavras do autor:

É necessário preocupar-se com a modernização enquanto *processo* de expansão territorial da modernidade e/ou do modo de produção capitalista. Para tanto, o desafio que se impõe é aquele de considerar a modernização a partir da formação territorial (processos) que engloba a ação de atores sociais, das grandes empresas capitalistas, **sobretudo do Estado por meio dos seus programas, projetos e políticas públicas.** (Castilho, 2010, p. 135) [Grifos em negrito nossos]

Esta modernidade pode ser expressa “nas ruas, nas formas urbanas, nos sistemas de transporte, nos contrastes das cidades, nos diferentes lugares, na velocidade, na circulação de mercadorias etc” (Castilho, 2010, p. 128) - o que explica a diferente distribuição das casas no acampamento de São Gonçalo, tal como narrado por Ignez Mariz. A modernização se expressa por ideias e pela estrutura material dos espaços, estas transformações, que ocorrem em ritmo acelerado, saltam aos olhos de muitos.

Por essa razão, Castilho (2010, p. 126) recomenda cuidado ao tratarmos com o conceito, para que não sejamos conduzidos à armadilha de considerar a modernização como algo “natural e necessário ao processo econômico” ou acreditar que apenas alguns grupos dela participam, enquanto outros ficam na noite trevosa do passado, como posto por Ignez Mariz. A questão não é diferenciar os grupos modernos dos atrasados, mas investigar como cada um deles participa da modernização.

Com isso em mente, apreendemos o processo modernizador de São Gonçalo como parte da “expansão territorial da modernidade e/ou do modo de produção capitalista” a respeito da qual discorre Castilho e buscamos investigar, através do romance de Ignez Mariz, quais os grupos privilegiados por tal modernização e como os trabalhadores das frentes de emergência e suas famílias participaram dela.

Parágrafos atrás, mencionamos o modo com que a escritora de *A Barragem* (1937) percebeu a modernização: um progresso, algo louvável, mas bastante limitado. Começamos, então, por identificar quem eram os engenheiros responsáveis por essas “obras primas de conforto”. A própria autora os nomeia de “americanos do Norte”, leia-se estadunidenses. Ao longo da obra são muitas as referências feitas a “estrangeiros”, a mão de obra “qualificada” vinha dos Estados Unidos. Aos trabalhadores locais eram atribuídas as tarefas árduas, insalubres e mal remuneradas.

As análises de Lara de Castro Ferreira (2016) corroboram com o que é discutido por Ignez Mariz através das falas de seus personagens, a historiadora aponta que o empenho do DNOCS em inserir eletricidade, saneamento básico e espaços de saúde e lazer nos acampamentos era, na maior parte das vezes, uma forma de atrair e manter os profissionais especializados, particularmente os engenheiros, que estavam habituados a viver em espaços urbanizados e “modernos”, mas estas “novidades” acabavam servindo também aos proprietários locais.

Dito de outra forma, o conforto era pensado para um determinado grupo de pessoas, que estaremos aqui interpretando como de classe média-alta, e deveria atender aos seus anseios e estilos de vida. A modernização dos acampamentos era inspirada em países como Estados Unidos ou em capitais brasileiras, a exemplo de São Paulo. Segundo a argumentação de Castilho (2010, p. 131), melhor seria dizer que foram impostas por países como os Estados Unidos e capitais como São Paulo:

Como um projeto europeu, a modernização se impôs em países como o Brasil de maneira vertical e autoritária – e continua sendo reproduzida dessa maneira. Por isso, conforme Santos (1979), “as vicissitudes do desenvolvimento ‘moderno’ dos países com baixo desenvolvimento econômico estão diretamente ligadas às necessidades dos países industriais”. Esta concepção é válida em outras escalas, como no interior dos próprios países, onde algumas regiões, em períodos distintos, se modernizam conforme as necessidades de outras regiões.

Sugerimos uma escala ainda menor do que as propostas pelos autores, mas que dialoga com elas, que se refere a quando alguns grupos são obrigados a participar de um projeto modernizador em conformidade com as necessidades de um outro. Em São Gonçalo, como pode ser evidenciado na crítica de Ignez Mariz, a modernização só representava um ganho para os trabalhadores especializados e os ricos da localidade. Mesmo os trabalhadores “cassacos” que conseguiam ascender na hierarquia, como o personagem Zé Marianno, que chegou a administrador, continuavam distantes dos confortos. A casa na qual Zé Marianno morava com

sua família, ainda que melhor do que o barraco em que viviam nos primeiros dias, tinha problemas de saneamento e o administrador continuava indo a pé para o trabalho.

Em contrapartida à modernização no seu sentido infraestrutural, a autora de *A Barragem* (1937) defende a prevalência de uma modernização dos costumes entre as classes populares. Quando discute a adoção da calça como peça do vestuário feminino, Mariz (1994, p. 243) observa que há uma abertura maior entre as classes populares para este tipo de inovação, enquanto as classes altas evoluem lentamente, “talvez mais lentamente do que seria de desejar”. Mas veremos no próximo capítulo como o conservadorismo pode estar a serviço de grupos dominantes, explicando suas resistências às inovações na moda.

As hierarquias se mantinham igualmente rígidas, a maioria dos trabalhadores estava vulnerável às ambições do pessoal do escritório ou dos engenheiros-residentes. Em um momento de *A Barragem* (1937), Zé Marianno fica sob suspeita e é suspenso do trabalho quando vai falar com o engenheiro a respeito das ações ilícitas de Daniel Sindú, um funcionário do escritório que mantinha as cadernetas de “cassacos” que já não trabalhavam na obra e obtinha dinheiro e produtos do barracão através delas. Zé Marianno só volta ao emprego quando fica evidenciado que não fazia parte da falcatrua. Daniel Sindú, além dos privilégios que já possuía enquanto apontador-geral, roubou de quem não tinha suporte algum: “pobres paes de família, trabalharam de sol a sol para cobrir Daniel Sindú de camisas de sêda e roupas de casemira” (Mariz, 1994, p. 175). Em suma, a vida dos trabalhadores pobres estava sempre sujeita aos interesses dos ricos e poderosos.

Devido a essa conjuntura, entendemos os trabalhadores “cassacos” e suas famílias sob o conceito de subalterno, nos fundamentando na reflexão de Gayatri Spivak (1985). Partindo deste conceito e da discussão que foi feita no primeiro capítulo sobre o lugar ocupado por Ignez Mariz e a maneira como lemos sua escrita sob a noção de feminização da escrita, proposta por Nelly Richard, o capítulo a seguir se dedica a pensar de maneira pormenorizada os subalternizados no romance da mencionada escritora.

CAPÍTULO 3

OS SUBALTERNIZADOS NA ESCRITA DE IGNEZ MARIZ

A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.

Gayatri Spivak, 1985

Ao colocar a questão *Pode o Subalterno Falar?* (1985), a crítica e teórica literária indiana Gayatri Spivak traz para o debate aqueles sujeitos aos quais foram negados o direito de fala e autorrepresentação e nos convida a pensar sobre o papel dos(as) intelectuais na abertura de um espaço em que tais sujeitos possam se fazer ouvir. Partindo das reflexões de Spivak, este capítulo tem como objetivo investigar as possibilidades e limitações que o romance *A Barragem* (1937), de Ignez Mariz, oferece para pensarmos a subalternidade no contexto das frentes de trabalho dirigidas pela Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), durante o período de estiagem da década de 1930, tendo como foco a construção da barragem do açude de São Gonçalo (Paraíba), que foi inaugurada em 1936.

Embora Ignez Mariz tenha ocupado locais de privilégio de raça e classe que as distanciam, em certa medida, do conceito de subalternidade tal como pensado por Spivak, buscamos observar como os trabalhadores “cassacos”, as mulheres e as crianças que viviam no acampamento de São Gonçalo são construídos no romance que, apesar de fictício, teve a realidade das frentes de emergência como inspiração: que tipo de espaço a escritora, enquanto uma intelectual, mulher e sertaneja, cria para os(as) subalternizados(as) na sua narrativa?

3.1. Trabalhadores “Cassacos”

De acordo com Lara de Castro Ferreira (2016), “cassaco” é uma expressão genérica que foi/é usada para se referir aos trabalhadores das frentes de emergência dirigidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) na época em que Ignez Mariz escreveu o romance *A Barragem* (1937). A palavra faz referência a uma espécie de gambá encontrada em alguns países da América do

Sul e comum no Nordeste do Brasil, ao qual os trabalhadores das frentes de emergência foram associados devido a características como o cheiro, a obrigação de estarem escavando a terra e o costume de carregar os filhos em bolsas improvisadas que ficavam penduradas em seus tórax.

Embora os próprios trabalhadores tenham adotado o termo “cassaco” em suas memórias, Ferreira (2016) sugere o cuidado de não o usar como forma de homogeneizar estes trabalhadores, pois, mesmo unidos pelo contexto e compartilhando alguns costumes, eles eram pessoas diversas, vindas de diferentes lugares do Brasil, com hábitos e modos de pensar e se posicionar próprios, subjetividades. Os documentos produzidos pelas instituições oficiais, como o DNOCS/IFOCS, não nos oferecem um panorama adequado da multiplicidade dos trabalhadores “cassacos” e o fato de grande parte deles ter sido “retirante” antes de conseguir uma vaga nas frentes de trabalho só vem a corroborar com a ideia de que constituíam uma massa amorfa, guiada pelo instinto de sobrevivência (Neves, 2009).

Frederico Neves (2009) nos ajuda a pensar as multidões de camponeses retirantes que cometeram saques e invadiram prefeituras durante períodos de seca, nomeadamente nas da década de 1950, em busca de comida e emprego, não mais como uma massa sem rumo e sem objetivo. Nos convidando a problematizar a infantilização e animalização a que esses sujeitos foram submetidos pelos discursos oficiais da época, como os que circulavam nos jornais, e os atuais, expressos em algumas pesquisas acadêmicas, o autor pensa as ações das multidões “[...] como opções construídas a partir de uma cultura política sertaneja e popular, que oferece aos seus membros um arsenal de possibilidades políticas que podem ou não ser acionadas pelos camponeses, dependendo do contexto social” (2009, p. 68).

Mesmo considerando o potencial de revolta que essas multidões de camponeses retirantes, que viriam a se tornar os trabalhadores das frentes de emergência, carregavam em suas movimentações, é possível observar que os indivíduos “retirantes” e “cassacos” tiveram suas ações lidas com “sub-políticas” por não se enquadrarem no conceito de política vigente, que coloca o Estado no centro da discussão e se apoia em uma noção de racionalidade que não condiz com os modos de atuação apropriados por eles (Neves, 2009). Esta ausência de espaço no debate político, no mercado (de trabalho e de consumo) e a negligência a que está sujeito nos campos jurídico e social são alguns dos problemas enfrentados pelo que Gayatri Spivak (2010) define como *subalterno*.

Embora se refira especificamente ao caso de mulheres colonizadas, compreendemos, como já foi dito, que o conceito de Spivak (2010) se aplica a alguns dos grupos que iremos estudar ao longo do capítulo. Com base nisso e em outras discussões historiográficas e teóricas que versam sobre esses grupos, buscaremos analisar que contribuições e limitações a narrativa

construída por Ignez Mariz, no romance *A Barragem* (1937), nos oferece para pensar sobre os trabalhadores “cassacos”, tendo em vista o contexto de subalternização em que estavam inseridos.

O fato de se tratar de uma obra literária e fictícia não deslegitima o livro *A Barragem* (1937) enquanto documento através do qual podemos refletir sobre a vida dos trabalhadores das frentes de emergência, a Literatura, na verdade, nos ajuda a adentrar temas que podem estar ausentes ou escamoteados em outras fontes, como a questão das sensibilidades e do cotidiano. Ainda que se tratem de personagens criados pela autora, os trabalhadores do livro mencionado foram inspirados em pessoas que existiram e com as quais Ignez Mariz teve contato, uma vez que a construção da barragem que dá título à obra ocorreu em São Gonçalo, um distrito da cidade de Sousa, na Paraíba, que é a cidade de origem da escritora, como está dito no primeiro capítulo.

A construção do açude São Gonçalo teve início no ano de 1921, mas foi interrompida em 1925, sendo retomada apenas na década de 1930. O romance escrito por Ignez Mariz tem como foco esse momento de retomada da construção. Levando em consideração a já mencionada proximidade entre Sousa e o local em que foi construído o açude, a riqueza de detalhes que aparecem no romance e o fato de o pai de Ignez Mariz estar entre os proprietários das terras onde a obra ocorreu, supomos que a autora de *A Barragem* (1937) teve a oportunidade de observar de perto o desenvolvimento da construção e, conseqüentemente, as pessoas envolvidas no processo, lhe interessando em especial a vida dos trabalhadores, visto que escolheu uma família de “cassacos” como protagonista.

O apontamento dessas circunstâncias não tem por objetivo colocar Ignez Mariz como alguém que tem autorização para *falar pelos* trabalhadores, mas, sim, refletir sobre o contexto em que *escreveu sobre* eles, examinando como tal escrita colabora com a problematização da posição de subalternidade que esses indivíduos ocupavam. No primeiro capítulo citamos o potencial que *A Barragem* (1937) tem enquanto instrumento de denúncia de uma série de violências, a começar pela violência incutida no processo de divulgação e consumo do livro (no esquecimento a que foi submetido). Nos parágrafos a seguir discutiremos algumas das violências que a narrativa traz à tona no que se refere aos trabalhadores das frentes de emergência.

Tomemos por exemplo o personagem Zé Marianno, patriarca da família que protagoniza o romance: um agricultor pobre que, devido à seca, precisou abandonar o rancho no qual vivia e migrar com sua família em busca de trabalho, realidade que também aparece na pesquisa de Lara Ferreira (2016) sobre os trabalhadores “cassacos” do Ceará. Zé Marianno está abatido pela

fome e só tem de lanche antes do trabalho um copo de café, acaba de ser contratado para trabalhar na barragem e precisa mostrar serviço, então se esforça ao máximo, mesmo que para ganhar pouco. Isto está ligado à coerção exercida pela fome sobre os trabalhadores, como discutimos em momento precedente.

Enquanto trabalha, Zé Marianno não deixa de pensar que a situação na qual se encontra nos primeiros dias na obra é lamentável, mesmo estando satisfeito por ter como conseguir comida para si e sua família, “não precisa mais estender a mão, humilhado, para matar a fome” (Mariz, 1994¹⁵, p. 4), reconhecendo que já estivera em melhores condições:

Todo entregue a si mesmo, Zé Marianno mal troca palavra com os outros. Vez em quando inda desponta no seu eu *revolta surda* por se vêr mergulhado nessa miseria, reduzido á expressão mais simples, a cavador-de-terra! Elle, que nunca tinha sido rico é verdade, mas que possuirá um pedaço de terra pras banda do Chabocão, o Rancho-Dôce, uma casinha... uma vacca que dava leite para as crianças... (Mariz, 1994, p. 6) [Grifos nossos].

Como pode ser analisado através da observação do personagem, parte dos trabalhadores “cassacos” eram camponeses que praticavam agricultura de subsistência, atividade inviabilizada pelos períodos de estiagem. Cessando a produção agrícola, as relações paternalistas entre os proprietários de terras e os trabalhadores camponeses passavam a ser tidas como insustentáveis pelos primeiros. O que levava estes trabalhadores a se reunirem e migrarem para os centros urbanos à procura de assistência dos Governos municipais, estaduais e federal, resultando nas multidões que causavam medo aos comerciantes, autoridades locais e à população urbana de forma geral (Neves, 2009).

Diante da pressão criada pelos trabalhadores camponeses, então tidos como “retirantes”, e dos próprios proprietários de terras e dirigentes locais, que exigiam do Governo Federal uma estratégia para minimizar a crise e evitar que uma quantidade significativa de trabalhadores migrasse para Estados fora da região Nordeste, causando desfalque na mão-de-obra da qual pretendiam se apropriar novamente quando findasse a seca, o Governo instaurou um conjunto de obras, com ênfase nas construções de açudes e estradas. Portanto, essas frentes de trabalho faziam parte, em simultâneo, de um projeto assistencialista, modernizador e anti-imigratório (Ferreira, 2016).

Embora os empregos conseguidos nas obras da IFOCS pudessem representar uma “taboa de salvação” (Mariz, 1994) para os milhares de trabalhadores que, junto a suas famílias,

¹⁵ 1994 é o ano da segunda edição do livro, publicada pela Editora A União, integrando a Coleção Biblioteca Paraibana, financiada pelo Governo da Paraíba.

eram oprimidos pela fome, as condições de trabalho e de moradia nos acampamentos não eram menos insalubres e exploratórias. No romance aqui analisado, são muitos os trechos em que os trabalhadores aparecem submetidos a opressões diversas: longas e exaustivas jornadas de trabalho, atraso de pagamentos, acidentes de trabalho, fome, ausência de saneamento, exploração por parte dos comerciantes donos do “barracão”.

O “barracão” era o comércio em que os trabalhadores iam trocar seus vales por alimentos ou utensílios. Os donos desses espaços recebiam isenções por parte do Governo para que vendessem as mercadorias por um valor abaixo do convencional, porém a realidade era outra: vendiam a preços exorbitantes e reduziam ainda mais o já parco poder de compra dos trabalhadores. Desde as primeiras páginas do livro, a narradora de *A Barragem* (1937) faz críticas ao abuso dos donos de barracão:

A procissão de miseria se dirige ao BARRACÃO. Este systema de fornecimento tem dado origem á fortuna apressada de dezenas de privilegiados ás custas da miseria de milhares de cassacos. Auctorizado pelo Gôverno a ganhar 20% sobre o dinheiro empregado, o capitalista “fornece” ao Pessoal, durante longos mezes, á espera da paga. Mas os 20 se transformam milagrosamente em 40%, graças á esperteza do Coronel, que é mais versado em truques que cigano de feira¹⁶ (Mariz, 1994, p, 12) [Grifos da autora].

Neste trecho observamos que a exploração do comerciante era agravada pela negligência do Governo, pois o atraso nos pagamentos obrigava os trabalhadores e se endividarem cada vez mais no barracão, sendo sujeitados a altos juros e à manipulação da “caderneta” pelo barraqueiro, que se aproveitava dos que não sabiam ler e anotava produtos com valores bem mais elevados do que os que os trabalhadores haviam realmente consumido.

Essa situação implicava em fome para os “cassacos” e suas famílias, que eram, comumente, compostas por muitos membros. O personagem Zé Marianno, por exemplo, tinha 6 filhos quando chegou ao acampamento de São Gonçalo e outros 2 nasceram no decorrer da trama, uma realidade que encontra correspondência nos trabalhos de Lara Ferreira (2016) e Frederico Neves (2009), em que analisam documentos do DNOCS, Literatura e entrevistas com trabalhadores e chegam à conclusão de que os alimentos eram insuficientes para suprir a todos.

A baixa quantidade e qualidade dos alimentos, combinada à insalubridade dos ambientes nos quais os trabalhadores tinham que viver, resultava em cenários endêmicos de tifo, disenteria e varíola, como apontado por Juciene Andrade (2021) em pesquisa de

¹⁶ Não estamos de acordo com a expressão “cigano de feira” como referência à capacidade de manipular em vantagem própria, o trecho em que a expressão aparece foi selecionado por ser o mais elucidativo da opinião da narradora a respeito dos barracões.

levantamento do estado sanitário dos canteiros de obras da IFOCS. Embora não faça referência às doenças citadas, *A Barragem* (1937) indica a sífilis e a tuberculose como as “vencedoras no campeonato anual de mortalidade” (Mariz, 1994, p, 234), que condiz com o contexto de precariedade sanitária a que os “cassacos” estavam sujeitos nesses canteiros.

A IFOCS chegou mesmo a desenvolver um plano de combate às doenças que assolavam os trabalhadores das frentes de emergência através das Comissões de Profilaxia e da criação de postos e enfermarias nos acampamentos (Andrade, 2021), mas os recursos não conseguiam atender a todas as pessoas e as privações a que os trabalhadores e suas famílias estavam expostos impossibilitavam a extinção das doenças.

Muitos medicamentos e serviços não eram oferecidos no acampamento e precisavam ser buscados nas cidades circunvizinhas. Isso é evidenciado no livro de Ignez Mariz quando Zé Marianno, conversando com um compadre seu, comenta que o médico do acampamento recomendou que ele mandasse buscar em Sousa, localizada a cerca de 15 quilômetros do acampamento, uma injeção para sua esposa Mariquinha, que passava por uma gravidez de risco. O custo da injeção deveria ser arcado pelo próprio Zé Marianno, mesmo estando com o pagamento atrasado. A falta de estrutura adequada para lidar com casos mais graves e urgentes, como partos de risco e acidentes de trabalho, aumentava a taxa de mortalidade nas obras.

Os acidentes de trabalho eram outros dos muitos riscos a que os trabalhadores estiveram submetidos. Em *A Barragem* (1937), há um episódio no qual um trabalhador, Zé Luiz, é espremido entre um caminhão e uma caçamba e, mesmo após atendimento no hospital do acampamento, acaba morrendo. Em entrevistas concedidas para o documentário *A Caixa d'Água do Sertão* (2018), de Diassis Pires, trabalhadores que integraram a frente de construção do açude de Coremas, na Paraíba, relatam acidentes de trabalho, assim como são mencionados pelas pessoas entrevistadas por Lara Ferreira (2016) em sua supracitada pesquisa a respeito dos trabalhadores “cassacos” do Ceará, na década de 1950. Isto nos leva a concluir que tais “acidentes” ocorriam com frequência e não eram tão inesperados, tendo em vista as condições inapropriadas de trabalho nos canteiros e o descaso com que eram tratadas as vidas dos trabalhadores pobres, como Ignez Mariz problematiza no seguinte trecho:

Pela madrugada morre o cassaco Zé Luiz. São Gonçalo continúa sua vida dinamica, como se nenhuma cellula se houvesse desprendido de seu corpo de gigante.
Que falta pode fazer na vida de um povo, miseravel operario-cassaco?
O egoismo do mundo não o deixa pensar nas lagrimas que u'a mãe pobre haja derramado tão dolorosamente como as mulheres endinheiradas o saberiam fazer.
Nem no desamparo dos filhos que porventura elle tivesse.
Nem no amôr de esposa ou de amante que elle fatalmente deixou.

E, talvez por tudo isso, não foi aberto inquerito a respeito da morte do cassaco Zé Luiz (Mariz, 1994, p. 267).

A autora nos convida a pensar a morte do trabalhador “cassaco” não como mais um número para as estatísticas, mas como uma partida que causa saudade e lágrimas nas pessoas que ele amou e por quem era amado, na mesma medida em que critica o “egoísmo do mundo” para com as vidas dos indivíduos pobres, tratados como células de um corpo gigantesco trajado com as roupas do progresso: Zé Luiz morre, São Gonçalo continua. Um inquérito não foi aberto a respeito da morte de Zé Luiz, a justiça não chega para os sujeitos invisibilizados, subalternizados.

Assim como no campo jurídico, na política, os trabalhadores “cassacos” não tinham espaço de fala. As ações empreendidas pelas multidões de “retirantes” eram lidas como instintivas e nos acampamentos os trabalhadores eram tratados ora como pobres vítimas da natureza que precisavam de socorro do Governo, ora como instrumentos na construção da modernidade e do progresso; nunca como agentes políticos. Na verdade, a única época em que estes homens eram convocados a exercer uma ação política era durante as eleições, quando os latifundiários cobravam que os “favores” prestados aos trabalhadores fossem pagos em forma de votos para eles próprios ou para os candidatos que apoiavam.

No capítulo XIX d’*A Barragem* (1937), a narrativa se desenrola em torno das eleições em Sousa, Paraíba, e, ainda mais do que nos outros capítulos, ficam evidentes as relações paternalistas em que estavam envoltos os trabalhadores. Quando estes chegam à cidade em grandes grupos para votar, são identificados pelo “Coronel” ou “Capitão” que lhes comanda o voto:

– E’ o pessoal do Coronel Luiz Silva.
– Nada! Do Capitão Manuel Mendes...
– Coisa nenhuma! Gente do Serpama...
– Você logo não está vendo que uma tacada de duzentos e cinquenta não é pro bico dos Serpi.. (Mariz, 1994, p. 228)

Zé Marianno acompanha os candidatos apoiados pelo “Doutor” Oto Muniz, que lhe ajudou a resolver um problema com um outro coronel. Diferente da maioria dos latifundiários e comerciantes que aparece na obra, Oto Muniz é apresentado como um homem valente que sai em defesa dos pobres quando estes recorrem à sua influência. Não é construído como um opressor, mas como um aliado, chegando mesmo a incentivar que os trabalhadores criem um Sindicato. A nossa hipótese é que Ignez Mariz tenha se inspirado em seu pai, o Doutor Silva Mariz, para construir esse personagem.

Apesar de sua suposta generosidade, Oto Muniz não pode ser visto como um real aliado dos trabalhadores. Ele, assim como os demais latifundiários, defende seus interesses de classe e usa sua imagem para manter um “curral eleitoral”. Além disso, o fato de ser ele o personagem a incentivar a criação do Sindicato coloca os trabalhadores como coadjuvantes de suas próprias lutas. Não é errado crer que os trabalhadores camponeses tenham recorrido a figuras econômica e politicamente influentes para contribuir com seus movimentos, a relação de Francisco Julião¹⁷ com as ligas camponesas é exemplar neste sentido, mas é incoerente sugerir que a motivação para a luta possa partir de um coronel que nunca planejou sair de sua posição, como é o caso do personagem em questão.

Embora dê destaque a personagens como Oto Muniz e o então Ministro da Viação e das Obras Públicas, José Américo de Almeida, Ignez Mariz não subestima o potencial dos trabalhadores. Criticando um dos personagens da caravana de políticos que foi a São Gonçalo discursar, a narradora da trama dá a entender que chegará o momento em que os trabalhadores falarão para os políticos de palanque que se sentiam tão intelectualmente superiores a eles: “estamos falando grego pra cabeça de jumentos, commenta um delles [um dos caravaneiros], mettido a espirituoso, e sem se aperceber de que *dia virá em que os ‘jumentos’ falarão também para a cabeça dos ‘gregos’*.” (Mariz, 1994, p. 133) [Grifos em itálico nossos].

Assim sendo, compreendemos que a literatura produzida por Ignez Mariz, além de nos ajudar a identificar muitas das violências a que os trabalhadores “cassacos” foram submetidos e a nos sensibilizar diante delas, contribui com o questionamento dos estereótipos construídos sobre estes sujeitos. Está evidenciado que a autora não pode falar por ou como um desses trabalhadores, mas isto não impede sua obra de trazer à tona a subalternidade a que estiveram reduzidos: negligenciados pela justiça, sem espaço na política, mal pagos, explorados, expostos a acidentes, doenças e fome.

3.2. Mulheres nos Canteiros de Obras

Gayatri Spivak (1985, p.124) observa que, dentre os subalternos, “[o] subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido”. Dito de outra forma, as mulheres subalternizadas tiveram seu direito de se autorrepresentar solapado, uma vez que suas vozes, escritos e gestos são ignorados e não constam entre as “prioridades globais”. As mulheres em

¹⁷ Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) foi um escritor, político e advogado brasileiro, assumiu a defesa jurídica da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e lutou junto à liga camponesa pela desapropriação Engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão (Pernambuco).

questão são as pobres, racializadas, “encurraladas entre a tradição e a modernização”, as mulheres do “Terceiro Mundo”. Foram mulheres como estas que ocuparam os acampamentos das frentes de emergência da IFOCS e inspiraram as personagens femininas do romance *A Barragem* (1937), da escritora paraibana Ignez Mariz.

Não era comum a atuação de mulheres diretamente nas frentes de serviço, mas muitas delas moravam nos acampamentos com seus maridos, pais e irmãos. A maior parte ficava encarregada pelas tarefas naturalizadas como femininas: cozinhar, limpar, cuidar das crianças e dos doentes. Em *A Barragem* (1937), a primeira personagem mulher a que somos apresentadas(os) é também a que carrega todas essas características idealizadas para os sujeitos femininos: Mariquinha. Mesmo sendo uma das personagens de destaque da trama, Mariquinha vive em função dos outros, sua primeira ação no livro é servir o café de Zé Marianno, seu esposo.

O ato de servir a acompanha ao longo de todo o romance: mãe de 6 crianças e a espera de mais uma, Mariquinha se dedica por inteiro aos cuidados delas e em atender aos desejos de seu marido. A narradora de *A Barragem* (1937) chega mesmo a dizer que, no que pode, a personagem procura ser a cópia do marido, até mesmo as idades dos filhos, tão bem conhecidas dela, ficam “dependuradas dos lábios” de Zé Marianno - “Zé disse, Zé aconteceu” (Mariz, 1994, p. 24).

Quando descobre que está sendo traída pelo marido, a mulher se refugia no choro e não faz uma única reclamação direta, mantém sua mansidão habitual, associada por Zé Marianno a de um animal que caminha resignado para o abate: “Zé Marianno deita-se na espreguiçadeira, fumando o cigarro no alpendrinho. Deixa a menina adormecer, depois irá fazer uns agrados á mulher, Ella bem *merece um premio pela sua passividade de bicho bom que vae ao sacrificio sem um unico gemido...*” (Mariz, 1994, p. 138) [grifos nossos].

Além das tarefas domésticas e de cuidado, descobrimos nos capítulos finais da trama que Mariquinha também costura e lava roupas para obter uma renda extra para a família. Isto é revelado quando sua filha, Maria dos Remédios, vai se casar e Mariquinha se dispõe a costurar a maior parte do enxoval, apesar do cansaço das lutas diárias. Todos esses pequenos e grandes atos costumam passar despercebidos ao olhar de todos, em especial ao de Zé Marianno. Mesmo quando se tem consciência desse trabalho, ele permanece desvalorizado, como fica evidenciado nos trechos abaixo, em que Zé Marianno reconhece que é responsável por sua mulher estar tão cansada e envelhecida antes do tempo, mas tenta atribuir sua traição à perda de São Gonçalo, fugindo à culpa:

Foi para lhe satisfazer os apetites que se entregou todas as vezes, bôa ou doente, nos braços do macho egoísta. Foi para lhe criar a filharada que elle lhe deu de dez em dez mezes sem remissão, que ella desde os dezesseis annos se mata de trabalhos. E parece uma velha, aos trinta e trez.

[...]

Como quem se desculpa, elle estremeia a conversa de considerações a seu proprio favor.

– E’ um caso sério, minha velha, esse São Gonçalo. Aqui, quem não é limpo faz todo geito de sujar quem é. Porisso é essa desgraceira, esse enxovalho (Mariz, 1994, p. 141-142).

Os trabalhos domésticos e de cuidado, realizados majoritariamente por mulheres, foram historicamente desvalorizados. Em diálogo com autoras como Silvia Federici e Heleieth Saffioti, Cecília Costa (2023) discute como a ascensão do sistema capitalista criou uma divisão entre o trabalho produtivo - que produz para o mercado e passa a ser associado ao âmbito público - e o trabalho reprodutivo - responsável pela manutenção da vida e relegado ao campo da vida privada. Esta divisão criou as figuras do “provedor” e da “dona de casa”: os homens, despossuídos devido à privatização das terras antes comunais, se viram obrigados a vender sua força de trabalho por salários míseros; as mulheres, igualmente despossuídas, se depararam com uma condição de dependência dos salários de seus maridos que, embora míseros, eram maiores que os seus. Esta dependência foi a base para que fossem submetidas ao trabalho reprodutivo, não pago e invisibilizado.

As mulheres de espaços que foram colonizados, como é o caso do Brasil, sofreram tanto com a invisibilização de seu trabalho quanto com a desumanização de seus corpos, visto que o modelo universal de mulher imposto pelo colonialismo foi o da mulher branca europeia. Aliada a isso, a colonização também foi responsável por privatizar o espaço doméstico e desvalorizar ainda mais o trabalho que nele se realiza:

Nesse contexto da modernidade colonial, acontece a privatização do espaço doméstico, sendo marginalizado em relação ao âmbito público e das deliberações políticas. No mundo aldeia, apesar da hierarquia masculina, há participação política das mulheres. No entanto, no mundo colonial moderno, as relações comunais e os vínculos femininos de reciprocidade são dilacerados com o isolamento do espaço doméstico. Dessa maneira, o confinamento das mulheres ao âmbito doméstico propiciou uma maior precarização da vida delas e a vulnerabilidade perante a violência masculina (Costa, 2023, p. 11).

Sendo do âmbito doméstico, o trabalho reprodutivo é negligenciado pelo Estado e pela sociedade de uma forma geral: se é assunto particular, não é compreendido como um problema a ser tratado e resolvido a nível coletivo (Costa, 2023). Através da personagem Mariquinha, Ignez Mariz traz à tona o local que foi/é ocupado pelo trabalho de manutenção da vida no sistema capitalista.

Em contraposição à resignação da personagem acima mencionada, Maria dos Remédios é construída como a mulher que abala os padrões da época: curiosa, espontânea, sedenta por liberdade. Mesmo sendo muito jovem, Remédios, mais do que qualquer outra personagem do romance, almeja tomar as rédeas de sua vida, o que fica evidenciado já em suas primeiras aparições na trama. A percepção que tem sobre relacionamentos e casamento diverge totalmente da de sua mãe: enquanto Mariquinha acredita em um matrimônio baseado no amor e na servidão ao marido, Maria dos Remédios pensa-o como uma oportunidade para fugir da vida limitada do acampamento e, mais importante, da fome.

Os comportamentos de Remédios refletiam o contexto da época, considerando que a década de 1930, como aponta Constância Duarte (2016, p. 15), foi um período de intensas transformações, tanto externas quanto internas, especialmente nas mentes das mulheres. Elas passaram a se envolver mais ativamente na política e a ocupar espaços como o magistério e a escrita, utilizando esses meios para denunciar injustiças e questionar verdades estabelecidas. No entanto, as atitudes de Remédios ainda causam estranhamento entre as mulheres do acampamento, que, em conversas maldosas, especulam que ela acabará "suja", um termo que, à época, significava estar grávida e abandonada pelo pai da criança.

- Por que conta, ella ha de ser melhor que as outras? Tem havido tanto escorrego neste **São Gonçalo**.
- Mas eu tenho ouvido mesmo rapazes safados dizerem que Remédio é seria.
- E', d. Cleonor, ella é uma santinha... do páu ôco.
- Quer apostar como ella finda "suja"?
- Quero. Uma caixa de sabonete contra outra. "Lever" ou "Eucalol"?
- "Lever". Está feito. Si ella fôsse séria vinha a uma hora dessa, da Fundação, com o namorado?
- Sei lá.
- Sei eu. A essa aqui ninguem engana (Mariz, 1994, p. 147).

Leidaiane Nascimento (2015), em diálogo com Maria do Socorro Cipriano (2002) e Raquel Soihet (2011), argumenta que as inovações decorrentes da modernidade dos anos iniciais do século XX - novos espaços de lazer, modos de se vestir e se comportar - se depararam com críticas diversas, baseadas no ataque a uma suposta moralidade em crise. O trecho de *A Barragem* (1937) citado acima representa bem essas resistências, parte das pessoas do acampamento não consegue aceitar que uma mulher "séria" possa sair à noite na companhia do namorado. A rua continua sendo vista como o espaço do público, reservado aos homens, um lugar perigoso para as mulheres, que deveriam permanecer resguardadas na privacidade do lar.

O moralismo é evidenciado de diferentes formas no romance. Muitos personagens se referem ao acampamento como um antro de perdição. A professora Eudocia, por exemplo, o

chama de Sodoma, fazendo referência bíblica à cidade que teria, por suposição, sido destruída por Deus devido aos comportamentos de seus habitantes. Como pôde ser visto em trecho citado anteriormente, Zé Marianno atribui sua traição à “perdição” de São Gonçalo e Mariquinha menciona que os comportamentos subversivos de Maria dos Remédios, que ela considera reprováveis, são frutos daquele espaço. O próprio engenheiro-residente procura controlar os atos dos trabalhadores e suas famílias, como pode ser verificado no seguinte trecho:

Mas, o doutor Murtinho, o engenheiro-residente, é, sem nenhuma dúvida, o desmancha prazer dos namorados...

A sua *prophylaxia de costumes* se estende até a Fundação, a trezentos metros da villa operária.

Está a serra feericamente illuminada, de cima até em baixo. E o *olho moralizador* do engenheiro gréla os fugitivos da cocoruta de um guindaste, em fôrma de holophote... (Mariz, 1994, p. 144) [Grifos nossos]

Neste sentido, até mulheres como Remédios, que arranjavam formas de driblar as convenções, continuavam a sofrer as limitações do contexto em que estavam inseridas: uma sociedade moralizadora, que exigia o casamento como “prova” de honra de uma moça e que oferecia poucas - ou não oferecia - oportunidades para que as mulheres obtivessem independência, mantendo-as submissas ao matrimônio e ao trabalho reprodutivo.

A própria Maria dos Remédios afirma que, caso tivesse um emprego e independência financeira, tal qual suas primas que moravam em Recife (Pernambuco), não casaria “tão cedo” (Mariz, 1994, p. 241), mas o medo de voltar a viver na miséria a empurra para esta situação. Ainda que tenha o controle quanto a seus sentimentos, depois do noivado, a personagem passa a ter os comportamentos podados pelo noivo, Ferreirinha, que em uma parte da trama chega ao ponto de pegar a moça pelo braço e exigir que vá para casa, pois o leilão para o qual ela havia o convidado “não é bagunça em que moça se metta” (Mariz, 1994, p. 278).

Através de Maria dos Remédios, Ignez Mariz problematiza a condição dessas mulheres que, mesmo fugindo aos papéis tradicionais que lhes eram impostos, não conseguiram escapar às opressões estruturais de gênero e classe, o que nos leva a refletir acerca do caráter coletivo da questão e da impossibilidade de que ela seja resolvida a partir de atitudes individuais, apesar da indispensável contribuição destas. Ignez Mariz sentiu na pele as limitações que lhe impunham por ser mulher, apesar de seus privilégios e de sua postura subversiva. Em nossa análise, Remédios é a personagem através da qual Ignez Mariz mais fala de suas próprias inquietações.

Há, porém, outras personagens que compartilham características da vida da autora, a exemplo de D. Eudocia, que é professora, uma das profissões exercidas por Ignez Mariz.

Diferente da maior parte das mulheres que aparecem na trama, D. Eudocia tem a oportunidade de obter um emprego e independência financeira, “foi duas vezes à capital” e, ao que parece, não é casada. Ao mesmo tempo em que esta personagem é carregada de discursos moralizadores, que visam disciplinar os comportamentos das moças que frequentam a escola e julgam São Gonçalo como um lugar da perdição, desfigura imagens cristalizadas acerca das mulheres da época, notadamente das que atuavam no magistério.

De acordo com Amanda Rabelo e António Martins (2010), até a década de 1930, o magistério era uma das poucas profissões consideradas “dignas” para as mulheres, pois as mantinha em um espaço mais próximo do privado, em contato com crianças e exercendo suas “características naturais”: paciência, docilidade e abnegação. Além disso, a instrução adquirida para o magistério deveria ser usada a favor dos filhos e do marido, contribuindo com a educação dos primeiros e mantendo a autoridade do segundo. Este processo de feminização do magistério tinha como objetivo, a um só tempo, manter a disciplina sobre os corpos e comportamentos das mulheres e permitir a ampliação do acesso ao ensino com baixos custos a partir da depreciação da profissão.

Podemos compreender que D. Eudocia é fruto deste contexto que foi vivenciado por Ignez Mariz, em que o ingresso de muitas mulheres no mundo do trabalho era limitado e disciplinado pelos homens, marcado pelos baixos salários e pela desvalorização de suas habilidades. Todavia, a personagem em questão não corresponde às características idealizadas para uma professora da época. As primeiras palavras com que ela é definida no romance, através da fala de Maria dos Remédios, são “autoritária” e “mandona”. Longe de ser querida entre as alunas, D. Eudocia entra em desacordo com a figura idealizada da professora amável e pacífica que se criou através da feminização do magistério.

Gayatri Spivak (1985) destaca que, embora seja impedida de falar, a subalternizada pode produzir reescritas subalternas ao contradizer, através de ações, os comportamentos que foram idealizados ou produzidos pelo opressor a seu respeito. A elaboração da personagem discutida é um modo pelo qual evidenciamos essas reescritas. Ignez Mariz fez questão de trazer à tona que, apesar de sua postura reguladora da moral alheia, Eudocia é lida, dentro da lógica opressora, como alguém que subverte a moral da época: “– Essa SODOMA desse S. GONÇALO leva todo mundo de roldão! exclama a professora que afinal encontra um termo que é preciso explicar, e sem dar fé que entrou no “roldão”, *visto fazer parte da sociedade anonyma Todo Mundo.*” (Mariz, 1994, p. 46) [Grifos em itálico nossos]. Mais do que apontar a armadilha de linguagem em que caiu a professora, a narradora nos leva a refletir sobre o lugar

ocupado por Eudocia: ela faz parte do “Todo Mundo”, mas este grupo anônimo, quase nunca escutado, continua a ameaçar a moral tão cara aos opressores.

Contudo, a mais oprimida por esta moral, dentre todas as personagens femininas do romance, é Lina. Por se tratar de uma prostituta pobre e negra, a personagem está sujeita tanto ao processo higienizador levado a cabo pelas classes dominantes, quanto às repreensões de outros indivíduos subalternizados. Embora a narradora de *A Barragem* (1937) dê a entender que prostitutas escolhem “vender amor”, o caso de Lina é demonstrativo de que a prostituição é, na verdade, uma dolorosa estratégia de sobrevivência.

Como discutimos em parágrafo anterior, na década de 1930, o ingresso das mulheres no mundo do trabalho assalariado era ainda escasso, em especial se estivermos nos referindo a mulheres que viviam em espaços interioranos e que tinham baixa escolaridade, como parece ser a situação de Lina. Some-se a isso a necessidade de arcar com a sobrevivência de dependentes - Lina precisava conseguir meios de sustentar a si mesma e à sua mãe, Quitéria, que fora também prostituta, mas não atraía mais clientes por estar “velha”. Se o etarismo afeta as mulheres em geral, é ainda mais cruel no caso das prostitutas, uma vez que passam a ser consideradas velhas antes dos 30 anos e são “substituídas” por mulheres mais jovens (Nascimento, 2007).

Diante deste quadro, Lina não “vende amor”, mas sobrevive através da negociação com o próprio corpo. O desenrolar das ações da personagem é testemunha da precariedade que a coloca em tal posição. Lina se apaixona por Zé Marianno e, diante deste sentimento, se compromete a não se relacionar com outros homens. Aqui temos um episódio comum nas representações de prostitutas na Literatura, como argumenta Gustavo Brivio (2010): a “regeneração” através do amor. Mas a história de Lina não poderia ter um “final feliz”, pois seu suposto salvador é casado e pobre, não conseguindo prover as condições necessárias à sobrevivência, nem corresponder às expectativas emocionais, de sua família nuclear e de sua amante.

Zé Marianno exige que Lina “se preserve” para ele, mas não oferece nenhum compromisso efetivo. Depois de muitas estratégias para chamar a atenção de seu amante, chegando ao ponto de forjar uma gravidez para desestabilizar a esposa de Zé Marianno, Lina termina abandonada e agredida: indo Zé Marianno tomar satisfação com a amante a respeito da falseada gravidez, dizendo não ser dele a criança e exigindo que a mulher “saiba respeitar as famílias” (aqui a prostituta é colocada pelo personagem masculino na posição da destruidora de famílias, enquanto ele se exime de culpa). Lina revida com ofensas à esposa e à filha de Zé Marianno e é neste momento em que ele chega ao extremo da violência e agride-a fisicamente.

A agressão sofrida por Lina é vista como um milagre por Mariquinha e como motivo de riso para os demais moradores do acampamento.

Todos esses fatores apontam para a total marginalidade a que estavam submetidas as prostitutas no contexto aqui estudado, o que não difere significativamente dos dias atuais. Por isso é necessário problematizar a ideia de que mulheres como a personagem Lina “vendem amor” e destacar que a principal razão pela qual se reduzem a tal trabalho é a falta de recursos básicos de sobrevivência:

Todos(as) nós estamos inseridos(as) numa sociedade consumista onde prevalece a individualidade e o consumo sem restrições de pessoas e coisas. Nesse contexto, perceber as prostitutas como trabalhadoras têm o claro objetivo de reforçar a mercantilização das mulheres numa escala global. Como estratégias, disseminam a ideia da livre escolha, do desejo que as prostitutas apresentam pelo “trabalho sexual”, escamoteando assim, o que os estudos e pesquisas comprovam: que as mulheres se constituem por questão de sobrevivência (Diniz, 2009, p. 93).

Com base no que foi até aqui discutido, compreendemos que a maior parte das personagens mulheres construídas por Ignez Mariz em *A Barragem* (1937) estava inserida em um contexto de subalternização, no qual se destacam diversas agressões morais, sexuais e físicas. Para além disso, a autora nos ajuda a refletir sobre as estratégias desenvolvidas por essas personagens, inspiradas nas mulheres que de fato vivenciaram a precariedade dos acampamentos das frentes de serviço da IFOCS, para se contraporem às opressões a que foram condicionadas. A autora cria personagens que, mesmo impedidas de romper definitivamente com as violências estruturais, nos levam a pensar as mulheres subalternizadas enquanto sujeitos complexos, capazes de escrever suas narrativas, ainda que nas entrelinhas.

Embora essas personagens não sejam a autorrepresentação da subalternizada, elas são frutos das inquietações de uma mulher, intelectual e sertaneja, que voltou seu olhar para outras mulheres e pensou a Literatura como uma forma de falar sobre elas e sobre si mesma. Neste sentido, a obra de Ignez Mariz nos conduz a refletir de maneira aprofundada e sensível sobre os diversos sujeitos que são negligenciados pelos documentos oficiais, impedidos de falar, a exemplo das mulheres e das crianças, sendo estas últimas o foco do tópico abaixo.

3.3. Crianças sem Infância

Não são muitos os momentos em que as crianças e a infância aparecem no romance *A Barragem* (1937), mas foi justamente a escassa aparição desses sujeitos e dessa fase da vida nas obras que versam sobre as frentes de trabalho da IFOCS que nos instigou a desenvolver

este tópico, mesmo diante das limitações. O subalterno, no geral, é impedido de falar ou não encontra suportes disponíveis à propagação de sua fala, situação vivenciada pelas crianças no passado e nos dias atuais.

A infância só passou a existir como categoria a partir do século XVIII, antes deste período não havia estudos que visassem compreender as particularidades das crianças (Amarilha, 2000). Foi no contexto da Revolução Industrial que se começou a olhar com mais atenção para as crianças, tanto as da burguesia quanto as da classe trabalhadora, embora haja uma significativa diferença quanto à educação que as crianças de cada um desses grupos receberam. Enquanto os filhos da burguesia eram educados para ocupar, quando adultos, as posições de dirigentes, os filhos dos trabalhadores eram preparados para preencher a ala dos assalariados. O tratamento reservado às crianças em períodos anteriores pode ser sintetizado neste trecho de Marcelo Sarmiento, Fátima Veiga e Manuel Silva (2010, p. 19):

Na Antiguidade, o infanticídio era uma prática aceita e, ainda no século XIX, o infanticídio era utilizado como meio de controlo da natalidade e como meio de garantia da linhagem, eliminando-se assim os “filhos ilegítimos”. Na Idade Média, a criança não tinha direitos próprios, sendo encarada como um pequeno adulto (homunculo). Durante o período da infância a criança não participava na actividade económica e por isso as crianças começavam a trabalhar muito cedo (perto dos 6, 7 anos) para apoiarem o rendimento familiar.

A segunda metade do século XX é marcada por um maior interesse de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), pelas crianças e adolescentes. Em 1959, em Assembleia Geral, a ONU aprovou a declaração universal dos direitos das crianças¹⁸. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁹ foi sancionado em 1990 e é, desde então, o principal instrumento jurídico que regulamenta os direitos das crianças e adolescentes do país. Em linhas gerais, o ECA dispõe sobre os direitos básicos da criança, as obrigações dos tutores e adultos de uma forma geral e as medidas educativas em casos de menores infratores.

Apesar desses mecanismos jurídicos, ainda há milhões de crianças e adolescentes em situação de miséria (falta de alimentos e água potável), executando trabalhos ilegais e insalubres, expostas a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e atuando em frentes de combate em várias partes do mundo. Esses menores, que deveriam ser amados e protegidos,

¹⁸ NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos da Criança. 20 de Novembro de 1959. Disponível em: [DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS - UNICEF](#). Acesso em 9 nov. 2024.

¹⁹ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: [Estatuto da Criança e do Adolescente](#). Acesso em 9 nov. 2024.

segundo a declaração dos direitos das crianças (ONU, 1959), vivem a pobreza cotidianamente e em suas mais diversas e cruéis dimensões: privadas de alimentação de qualidade, do acesso à moradia, à saúde, à educação e à interação social (Sarmiento; Veiga; Silva, 2010).

Antes de se tornarem sujeitos de declarações e leis, as crianças e adolescentes subalternizados já ocupavam as páginas dos livros de Psicologia, Medicina, Sociologia, Psicanálise, História e Literatura. De acordo com Marly Amarilha (2000), desde o início do século XIX é possível encontrar obras literárias que fazem referência a crianças pobres, como exemplo menciona os contos dos Irmãos Grimm. Recordamos também o *Oliver Twist* (1838), de Charles Dickens. Apesar disso, a educadora destaca a natureza pragmática de muitas das obras que foram desenvolvidas nessa época visando o público infantil, sendo fábulas e contos de fadas que buscavam educar através da junção entre o estilo moralizante e o fantástico.

No Brasil, como destaca Anderson Luís Mata (2006), *O Ateneu* (1888), de Raul Pompeia, foi o primeiro romance a ter uma criança como protagonista e é nele que o universo da criança entra em colisão com o dos adultos, marcando o distanciamento de um ideal de infância baseado nas noções de pureza e inocência. Ao longo do século XX, outros(as) autores(as) deram destaque à infância e às crianças em seus escritos, a título de exemplo podemos mencionar Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e Ignez Mariz.

No Romance de 1930 é possível observar as diferentes maneiras com que as crianças e adolescentes foram pensadas e representadas pelos(as) autores(as), destacamos três delas: a recuperação das memórias da infância dos(as) autores(as), a juventude urbana marginalizada e as crianças durante os períodos de estiagem. No primeiro caso, podemos citar os livros *Menino de Engenho* (1932), de José Lins do Rego, e *Infância* (1945), de Graciliano Ramos. No segundo, temos *Capitães de Areia* (1937), de Jorge Amado. Por fim, apontamos *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, e *A Barragem* (1937), de Ignez Mariz.

Enquanto no supracitado romance de Rachel de Queiroz as crianças passam a narrativa inteira submetidas à dolorosa e, em alguns casos, letal marcha migratória, e em *Vidas Secas* (1938) mesclam entre períodos de migração e um período vivendo na fazenda, em *A Barragem* (1937) elas estão imersas no acampamento de São Gonçalo. Embora não apareçam tantas vezes ao longo da trama, como está posto, há momentos em que suas aparições são acompanhadas por episódios de extrema fome e violência. Logo nas primeiras páginas, nos deparamos com uma breve menção aos filhos de Zé Marianno e Mariquinha, que são introduzidos através dos pensamentos do pai:

[...]Aqui seu pensamentos faz um parenthesis: *pobres meninos!*
 Cinco homens e uma mulher, Maria dos Remédios, “a menina dos seus olhos”. Afóra outro que vae nascer em dezembro, *o filho da sêcca, como já o apellidaram.*
 E si tivesse sido feliz já estaria com doze fedelhos. *Seis, porém, nasceram antes do tempo* (Mariz, 1994, p. 6) [Grifos nossos].

A partir deste trecho, conseguimos verificar dois aspectos importantes no que se refere às crianças do acampamento: elas permaneciam sujeitas às privações causadas pela estiagem e agravadas pelo descaso governamental e às altas taxas de mortalidade infantil, decorrentes da falta de acompanhamento médico durante as gravidezes e partos. Este último problema também recebe ênfase no curta-metragem *Anjos Cingidos* (2022)²⁰, dirigido por Laércio Filho e Maria Tereza Azevedo. A animação tem como recorte espacial a região de Inhamuns, no sertão do Ceará, mas conta com o mesmo recorte temporal do romance de Ignez Mariz - primeiras décadas do século XX.

Além dos natimortos, as crianças da primeira infância eram as principais vítimas da escassez de um Sistema de Saúde Pública que fosse mais abrangente. Juciene Andrade (2021) chama a atenção para a precariedade da saúde das crianças que viviam nos acampamentos da IFOCS, estando expostas às diversas doenças que assolavam estes espaços, como mencionamos em momento anterior, o que sofria um agravo devido à má alimentação e à insalubridade dos recintos em que moravam.

Tendo em vista que as crianças eram as mais vulneráveis e as mais propensas a transmitirem as doenças e que esta alta transmissibilidade resultava em endemias, a Comissão de Profilaxia recomendou cuidados especiais com as crianças da primeira infância, em especial no tocante à sua alimentação. Tais recomendações foram acompanhadas pela intensificação da imunização e pela distribuição de leite condensado para suplementar a alimentação dos pequenos. Este leite condensado chega a ser mencionado por Zé Marianno nos primeiros capítulos de *A Barragem* (1937), que vê nessa ação uma benesse concedida por José Américo de Almeida.

Apesar da atuação da Comissão de Profilaxia, as condições de vida dos trabalhadores de uma forma geral, e das crianças e adolescentes em particular, permaneceram degradantes, assim como continuaram elevadas as taxas de mortalidade infantil. A insalubridade, as doenças

²⁰ ANJOS Cingidos. Direção de Laércio Filho e Maria Tereza Azevedo. Paraíba: Acauã Produções Culturais e Andanças Ateliê de Animações. 1º Festival Taguá de Cinema, 2022. 14m59s. Disponível em: [Anjos Cingidos - 17º Festival Taguá de Cinema](#) . Acesso em 9 nov. 2024.

e a fome eram acompanhadas por violências físicas e sexuais e, em alguns casos, pelas longas e árduas horas de trabalho.

Embora a IFOCS não alistasse crianças, Lara Ferreira (2011) enfatiza que havia como esquivar-se desta restrição através da compra da caderneta de trabalho de algum outro “cassaco” que tivesse abandonado o serviço. Nestes casos, o adolescente se passava por uma pessoa adulta e, via de regra, podia contar com o acobertamento dos demais trabalhadores de sua turma. A principal razão pela qual essas crianças eram envolvidas no trabalho, mesmo de forma ilegal, era a necessidade de obter mais alimentos para suas numerosas famílias, visto que o trabalho de um único membro não era suficiente para suprir a todos.

No romance de Ignez Mariz não há muitas ocorrências de trabalho infantil, isto só se passa com um dos filhos de Zé Marianno, o Jóca. Mas o motivo pelo qual o menino foi levado a trabalhar é diferente do mencionado acima, foi seu próprio pai, na posição de administrador, que conseguiu colocá-lo na turma, isto depois da criança ter praticado um roubo e sido brutalmente agredida pelo barraqueiro. O episódio em que Jóca é espancado pelo barraqueiro Néco figura entre os mais violentos da trama, sobretudo quando um outro personagem, Cazuzu, interfere no ato pedindo para “ajudar”:

– Dextá, eu sei um geitinho bom de menino malcriado responder depressa.. Tem um alicate ahi?
 – Tenho. Mas, pra que, homem?
 Seu Cazuzu segreda qualquer cousa no ouvido de Néco. Este acha uma graça muito grande.
 Remexe na gaveta e dá com o instrumento.
 – E’ pena que seja tão pequeno. Não abrange.
 Seu Cazuzu requintado em selvageria, puxa o menino pelo braço, num repellão capz de desarticulal-o.
 Applica-lhe o alicate á orelha.
 – Vamos, cabôco, onde escondeu as mercadorias?
 O rapazinho se torce com a dôr e faz as carêtas mais horriveis.
 Os do “sereno” ríem alvarmente, ou sahem da rua afóra se persignando.
 Depois de muito soffrimento o menino resolve confessar que as cousas estão escondidas debaixo da moita de mofumbo proxima ao Reflorestamento.
 Seu Cazuzu, satifeito, retira o alicate.
 E quem está alli vê, pregado no instrumento, um pedaço de carne humana gottejando sangue (Mariz, 1994, p. 116).

A cena é impactante e a autora não poupa os(as) leitores(as) dos detalhes, seu posicionamento crítico quanto à agressão se dá através dos adjetivos atribuídos à situação - barbaria - e ao praticante - requintado em selvageria. Ademais, Ignez Mariz problematiza a postura negligente que os adultos presentes assumem, uns ríem e outros saem se benzendo, ninguém intervém, nem mesmo quando fica evidente que uma parte do corpo de Jóca acabou de ser cortada. Isto nos leva a refletir sobre a naturalização com que tratamos a violência

praticada contra menores, naturalização que ganha uma maior dimensão quando se trata de jovens marginalizados como o personagem em questão ou os capitães de areia do livro homônimo do escritor Jorge Amado.

Uma outra personagem adolescente que sofre violência é Maria dos Remédios. Além dos inúmeros comentários que a agridem moralmente, Remédios “apanha torrencialmente” quando Mariquinha relata a Zé Marianno as reclamações da professora da moça quanto aos seus comportamentos na escola e fora dela (Mariz, 1994, p. 47). Esta agressão é naturalizada até mesmo pela autora, não existe uma única palavra que sugira uma posicionamento contrário de sua parte.

Além disso, Remédios é assediada por Adolpho Soares, um “sujeito de fóra” que se oferece para ensinar à moça sem cobrar nada. Soares via Remédios como facilmente manipulável por ser jovem, mulher, sertaneja e pobre, lhe oferecia dinheiro e presentes. Durante as aulas, o homem passou a forçar contato físico com Maria dos Remédios e a ameaçar, sugerindo que espalharia boatos a seu respeito caso ela continuasse resistindo às suas investidas ou contasse para alguém o que estava ocorrendo.

Só depois de um tempo sendo submetida a estes ataques é que Zé Marianno percebe que há algo errado e obriga a filha a contar o que está se passando. Neste momento, a personagem, em prantos, consegue falar sobre a violência que estava sofrendo e o medo que a impediu de revelar tudo desde o início. Este é um quadro que não se limita à ficção, tampouco à década de 1930, dados do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef Brasil) apontam que entre os anos de 2021 e 2023 foram 165 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de até 19 anos.

Por fim, grandes obras, como pode ser considerada a construção da barragem de São Gonçalo, estão, segundo relatório do Ministério dos Direitos Humanos do Brasil, entre os contextos e territórios que ampliam os riscos de violação de direitos, nomeadamente dos das crianças e adolescentes, o que nos motivou a refletir sobre o modo como esses sujeitos aparecem na obra aqui analisada.

Embora a tarefa de retratar a infância seja essencialmente desafiadora, visto que na maior parte das vezes o(a) autor(a) já se encontra em outra fase da vida, não podendo mais falar/escrever como uma criança, é indispensável pensar como estas crianças, em especial as marginalizadas, foram retratadas em tramas que se passam em espaços nos quais estavam mais vulneráveis, a exemplo dos canteiros de obras do IFOCS. O romance de Ignez Mariz faz isso, mesmo que de maneira superficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido ao longo deste estudo, concluímos que a escrita de Ignez Mariz, no romance *A Barragem* (1937), pode ser apreendida tanto como uma denúncia da precariedade imposta aos trabalhadores das frentes de emergência da IFOCS, quanto como um meio de pensar os sujeitos subalternizados a partir de suas particularidades, subjetividades e de sua agência, criticando os estereótipos que buscaram infantilizá-los e homogeneizá-los. Tendo em vista que os documentos da Inspeção de Obras Contra as Secas não propiciam esse tipo de discussão, compreendemos que a autora cumpre com o papel preconizado por Gayatri Spivak (1985) para as intelectuais, pois cria um espaço, ainda que ficcional, através do qual os(as) subalternos(as) podem se expressar.

Apesar disso, consideramos relevante pontuar que as produções de Ignez Mariz foram atravessadas pela época, a classe social e as identidades étnico-racial e de gênero da própria autora e não podem ser entendidas como uma maneira de substituir outras narrativas que não encontraram suporte para serem registradas e divulgadas. A autora, embora tenha demonstrado sensibilidade diante da realidade dos indivíduos pobres e explorados das frentes de emergência, negligenciou aspectos importantes que amplificavam esta exploração, como a questão étnico-racial: praticamente não menciona este aspecto e, quando o menciona, faz isso de forma estereotipada, a exemplo de quando se refere aos ciganos através de uma característica negativa, que é a “esperteza”, expressa nos “truques” do barraqueiro.

A única vez que usa o termo “negra” é para se referir à empregada de Dona Juvência, uma mulher que veio “de fora” e é casada com um funcionário do Escritório. Não chegamos nem mesmo a saber o nome da empregada, pois é chamada, durante as poucas vezes em que aparece, de empregada de Dona Vencia ou “negra”. Esta indiferença é expressa pela personagem Mariquinha que, apesar de pobre, é uma mulher branca e “parente distante de um Coronel”, como ela gosta de enfatizar. Esses pontos nos levam a concluir que o espaço criado pela literatura de Ignez Mariz para a expressão dos subalternos conta com as limitações decorrentes da falta de autorrepresentação desses sujeitos.

Como foi dito no primeiro capítulo, uma representação verdadeiramente múltipla deve contar com várias vozes, não pode ser expressa por uma única obra (Dalcastagnè, 2008). É também por esta razão que não interpretamos a construção dos personagens pelo viés da representação, optamos por analisá-la enquanto possibilidade para se pensar trajetórias que foram totalmente silenciadas. Mesmo as palavras de Ignez Mariz, que possuía meios de amplificá-las, acabaram sofrendo um apagamento histórico.

No primeiro capítulo, verificamos que esse apagamento é promovido por um cânone ocidental excludente, que subestima e subjuga as obras escritas por mulheres e as coloca no lugar de reprodutoras, enquanto o gênio criativo permanece sendo o homem branco, rico e heterossexual, preferencialmente do “Primeiro Mundo”. Nos jornais da época e em pesquisas mais recentes aqui exploradas, prevaleceu a ideia de que o romance de Ignez Mariz não oferecia nada de novo ao Romance de 1930, sendo mais do mesmo, percepção a que procuramos nos contrapor destacando as reflexões que *A Barragem* (1937) nos proporciona. Como foi possível observar, a escrita literária de Ignez Mariz nos conduz a questionamentos e sensibilidades que os documentos oficiais nem sempre conseguem, o que reforça a necessidade de irmos em busca dessas fontes e autoras ainda pouco pesquisadas, criticando a exclusão ou banalização de suas obras e a naturalização com que essa exclusão é tratada.

No segundo capítulo, problematizamos a fome enfrentada pelos trabalhadores como um fenômeno social produzido pelo modo de produção capitalista e buscamos fugir ao reducionismo de considerá-la como proveniente exclusivamente dos períodos de estiagem. Crítica parecida direcionamos aos projetos salvacionistas e modernizadores conduzidos pelo Governo e/ou pelas classes dominantes, procurando questionar a quem eles realmente atendiam e como os trabalhadores e suas famílias participavam deles. Chegando à percepção de que a participação dos sujeitos subalternizados na modernização esteve condicionada aos interesses dos grupos que ocupavam posições de privilégio.

Por fim, examinamos como os sujeitos subalternizados aparecem ao longo da trama criada por Ignez Mariz em seu supracitado romance, dando ênfase aos trabalhadores “cassacos”, às mulheres e às crianças que viviam no acampamento de São Gonçalo, na Paraíba. Identificamos algumas das violências sofridas por esses grupos nas frentes de emergência, durante os períodos de estiagem, e encontramos correspondências no presente. Percebemos que os acampamentos, apesar de serem um dos principais rumos tomados pelos camponeses durante as secas, ampliavam a precarização e a vulnerabilidade que já eram enfrentadas cotidianamente por eles. Apesar das limitações já mencionadas, observamos que *A Barragem* (1937) é um caminho viável para se pensar os trabalhadores das frentes de emergência e suas famílias para além dos documentos do DNOCS, que prezavam pela síntese e pela indiferença no tocante aos trabalhadores “cassacos”, tratados como uma massa homogênea de pessoas famintas assistidas pelo Governo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A hora da estrela: história e literatura, uma questão de gênero? In: *História: a arte de inventar o passado* (Ensaio de Teoria da História). Bauru, SP: 2007. (Coleção História).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção de um macho. In: *A invenção do falo - uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª ed. São Paulo - SP: Editora Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Rapto do sertão: a captura do conceito de Sertão pelo discurso regionalista nordestino. *Observatório Itaú Cultural*, n. 25, (maio/novembro 2019), São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

AMARILHA, Marly. Infância e literatura: traçando a história. *Educação em Questão*, v. 10 e 10, n. 2/1, jul./dez. 1999 - jan./jun. 2000.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. A “comissão de profilaxia” e a produção de uma bioestatística sobre a saúde e a doença nos canteiros de obras da IFOCS (1932-1934). *Fênix – revista de história e estudos culturais - ISSN: 1807-6971 - Julho/Dezembro de 2021 Vol.18 Ano XVIII nº 2*.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil - entre inovação e tradição. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2.

BARBOSA, João Alexandre. A Biblioteca imaginária ou o cânone na literatura brasileira. In: *A biblioteca imaginária*. 2ª ed - São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: [Estatuto da Criança e do Adolescente](#) . Acesso em 9 de Novembro de 2024.

BRIVIO, Gustavo do Rego Barros. *Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado: um estudo estatístico*. 2010. 250f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2010.

CAIRO, Luiz Roberto Veloso. Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 32-44, 1º sem. 2001.

CALEGARI, Lizandro Carlos. O cânone literário e as expressões de minorias: implicações e significações históricas. *REVELL* revista de estudos literários da UEMS ANO 3, v.2, Número 5 - TEMÁTICO, Dezembro de 2012.

CAMPOS JÚNIOR, José de Sousa. “*À sombra da gameleira*”: literatura contemporânea e os rumos da produção feminina na Paraíba. Dissertação (Mestrado e Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. Campina Grande/PB, 2015. 239p.

CAMPOS JÚNIOR, José de Sousa. Biopoder, gênero e literatura: o lugar da paraibana Ignez Mariz no regionalismo de 30. *Sociopoética*. Campina Grande, nº 23, v. 1, 2021.

CANDIDO, Antonio. Literatura de Dois Gumes. *Literatura Brasileira LBN3* - Unicamp - 2009.

CARDOSO, Rafael. A reinvenção da Semana e o mito da descoberta do Brasil. *ESTUDOS AVANÇADOS* 36 (104), 2022.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro (pão ou aço)*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Coleção Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e história. notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. *Literatura E Sociedade*, 5(5), 2000, 18-28.

COSTA, Cecília Maria Valter. O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146(3), e-6628347, 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: *Ver e imaginar o Outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2008.

DINIZ, Maria Ilidiana. *Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN*. 2009. 203f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal/RN, 2009.

DUARTE, Constância Lima. A Literatura de autoria feminina e os anos 30 no Brasil. *Revista Araticum* - Programa de Pós-graduação em Letras/Estudos Literários da Unimontes v.14, n.2, 2016. ISSN: 2179-6793.

EHRICH, Isaías de Oliveira. *Sertanejas: a representação social da mulher a partir de personagens femininas do sertão paraibano da aurora do século XX*. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros/RN, 2022. 172p.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos - trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)*. 2016. 240f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: A Civilização Brasileira, 2018. (Coleção o Brasil Republicano, Vol. 1).

FREITAS, MCS. Agonia da fome [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281p. ISBN 85-8906-004-7. Available from SciELO Books. Disponível em: [SciELO Livros](#) . Acesso em 15 nov. 2024.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. *Literatura E Sociedade*, 5(5), 2000, 44-55.

IANDOLI, Rafael. Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade. *Nexo*, 2 de Setembro de 2016. Disponível em: [Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade - Nexo Jornal](#) . Acesso em 16 de Novembro de 2024.

LIRA, Kalline Flávia S; BARROS, Ana Maria de. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. *Revista Ágora*, Vitória, n. 22, 2015. p. 275-297. ISSN: 1980-0096.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed., 1º reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008.

MATA, Anderson Luís Nunes da. *O silêncio das crianças: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, UnB, 2006.

MÉRIAN. Jean-Yves. *A belle époque francesa e seus reflexos no Brasil*. PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (Org.). *A Belle Époque Brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

MARIZ, Ignez. *A Barragem*. 2ª ed. – João Pessoa/PB: A União Editora, 1994.

MENDES, Fabiano. O Desassossego da narrativa literária e a verdade refeita pelo desassossego da historiografia. In: COSTA, Bruno Balbino Aires; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa. *Ensaio de teoria da história & história da historiografia*. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MORESCHI, Marcia Teresinha. *Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: [Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas](#) . Acesso em 10 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos da Criança. 20 de Novembro de 1959. Disponível em: [DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS - UNICEF](#) . Acesso em 9 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU: É incompreensível que uma pessoa morra de fome a cada poucos segundos. 16 de Outubro de 2023. Disponível em: [ONU: É incompreensível que uma pessoa morra de fome a cada poucos segundos | As Nações Unidas no Brasil](#) . Acesso em 16 nov. 2024.

NASCIMENTO, Leidiane Cruz do. *Entrelaçando vivências e práticas do feminino no sertão da Paraíba no romance A Barragem de Ignez Mariz*. 2015. 76f. Monografia (Graduação em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras/PB, 2015.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O Doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. 2007. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

NEVES, Frederico Castro. *Seca, Pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? Trajetos* (UFC), v. 7, p. 186-199, 2009.

PAULETTI, Hicléa Luzia Costa Ton; BOTOSO, Altamir. Adolescência e marginalização em *Capitães de Areia*, de Jorge Amado. *Vertentes & Interfaces I: estudos literários e comparados*. Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, jan./jun. 2012, p. 77-97.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leitura da história e da literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PIETRANI, Anélia Montechiari. Gilka Machado, poeta moderna. *Revista Graphos*, vol. 21, nº 2, 2019 | UFPB/PPGL | ISSN 1516-1536.

PINTO, Lucíola Marques. *A saga da família Mariz*. Sousa, [s.l.], 2003.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. *A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério*. In: Congresso LusoBrasileiro de História da Educação. 2010. p. 6167-6176.

REIS, Roberto. *Cânon*. In: JOBIM, J. L. *As Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 105, jan.-jul. 2021 (ISSN: 2447-0945).

RICHARD, Nelly. *A escrita tem sexo?* In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Tradução de Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SARMENTO, Marcelo Jacinto; VEIGA, Fátima; SILVA, Manuel Carlos (Org.). *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Edições Húmus, 2010.

SILVA, Marcelo Medeiros da. Flores do sertão: mulheres e representação social em A Barragem, de Ignez Mariz. *Odisseia*, Natal, RN, v. 3, n. 2, p. 88-108, jul.- dez. 2018.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Como foi a participação das mulheres no Modernismo brasileiro. Entrevista concedida a Claudia Costa. *Jornal da USP*. São Paulo, 9 de fevereiro de 2022. Disponível em: [Como foi a participação das mulheres na semana de arte moderna](#).

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Regina Gomide Graz: modernismo, arte têxtil e relações de gênero no Brasil. *Revista do IEB*, n 45, p. 87-106, set 2007.

SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORI, Mary del (Org). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed - São Paulo: Contexto, 2004.

UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021 - 2023). 2ª edição - São Paulo, agosto de 2024. Disponível em: [Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil](#) . Acesso em 10 de Novembro de 2024.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História e modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção História &... Reflexões).

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Tempo do liberalismo excludente: da primeira república à revolução de 1930*. 5ª Ed, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011. (Coleção O Brasil Republicano, v. 01) pp. 352-386.

Filmografia

ANJOS Cingidos. Direção de Laércio Filho e Maria Tereza Azevedo. Paraíba: Acauã Produções Culturais e Andanças Ateliê de Animações. 1º Festival Taguá de Cinema, 2022. 14m59s. Disponível em: [Anjos Cingidos - 17º Festival Taguá de Cinema](#) . Acesso em 9 de Novembro de 2024.

CAIXA d'Água do Sertão. Direção de Diassis Pires. Produção de Laércio Filho. Paraíba. 32m04s. Disponível em: [A Caixa D'água do Sertão - Um Documentário de Diassis Pires \(Coremas-PB\)](#) . Acesso em 13 de Outubro de 2024.

Periódicos

Boletim de Ariel (RJ), Ano VI, n. 11, agosto de 1937, Edição 00011 (2), p. 384, Coluna Memento Bibliographico.

FUSCO, Rosário. A “Barragem”. *Diário de Pernambuco (PE)*, 15 de agosto de 1937, Ano 1937, Edição 00235 (1).

SOUZA, Octávio Tarquínio de. Vida Literária (IGNEZ MARIZ - “A Barragem” - Romance Livraria José Olympio Editora – (Rio - 1937). *Diário de Pernambuco (PE)*, 22 de agosto de 1937, Ano 1937, Edição 00241 (1).